



CIÊNCIAS SOCIAIS e POLÍTICAS

Povo e Democracia

Jader Silveira (Org.)

v. 1 | 2023



Editora
REALCONHECER



CIÊNCIAS SOCIAIS e POLÍTICAS

Povo e Democracia

Jader Silveira (Org.)

v. 1 | 2023



Editora
REALCONHECER

© 2023 – Editora Real Conhecer

editora.realconhecer.com.br

realconhecer@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Real Conhecer

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF
Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB
Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC
Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB
Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS
Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP
Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL
Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB
Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB
Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional
Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF
Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c	Silveira, Jader Luís da Ciências Sociais e Políticas: Povo e Democracia - Volume 1 / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora Real Conhecer, 2023. 112 p. : il.
	Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-84525-66-5 DOI: 10.5281/zenodo.7879715
	1. Ciências Sociais. 2. Ciências Políticas. 3. Participação Popular. 4. Democracia. 5. Demandas Sociais. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.
	CDD: 362 CDU: 36

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Real Conhecer
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
editora.realconhecer.com.br
realconhecer@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://editora.realconhecer.com.br/2023/04/ciencias-sociais-e-politicas-povo-e.html>



AUTORES

**ADEILDO VILA NOVA
FRANCYELLY DA SILVA FELIX
LUCIELE CARLA DE LIMA
MARIA DE FÁTIMA SILVA
MARIA LUCIA DE MORAES D'AMATO
MARIA LUCIA DE SOUZA RAMOS
MOEMA ALVES MACEDO
SANDRA MARTINS MOREIRA
TAIS DE ALMEIDA COSTA
THAÍS WITTES DA SILVA
THIAGO APARECIDO ARANHA SANTOSA**

APRESENTAÇÃO

O livro "Ciências Sociais e Políticas: Povo e Democracia" é uma leitura obrigatória para todos que desejam compreender a complexidade das sociedades e dos sistemas políticos em que vivemos. A obra traz uma coletânea de artigos escritos por pesquisadores das Ciências Sociais e Políticas, que exploram temas como participação popular, representatividade, democracia, direitos humanos, desigualdade social, entre outros.

Os autores utilizam diversas abordagens teóricas e metodológicas, proporcionando ao leitor uma visão ampla e diversa sobre as questões sociais e políticas contemporâneas. Além disso, a obra apresenta estudos de caso e análises comparativas de diferentes sistemas políticos ao redor do mundo, tornando-o uma fonte valiosa de informação para estudantes, pesquisadores e profissionais interessados na área.

A obra também aborda a importância da participação popular na construção de sociedades mais justas e democráticas. Através de exemplos concretos, os autores mostram como a participação popular pode influenciar as políticas públicas e transformar a realidade social.

"Ciências Sociais e Políticas: Povo e Democracia" é uma obra essencial para quem busca compreender as complexidades do mundo em que vivemos e a importância da democracia e da participação popular na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ideal para todos que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre as ciências sociais e políticas.

SUMÁRIO

Capítulo 1 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA DIGITAL..... <i>Maria Lucia de Souza Ramos; Maria Lucia de Moraes D'Amato</i>	8
Capítulo 2 UM DEBATE PARA ALÉM DE CLASSE: A CATEGORIA RAÇA PARA A COMPREENSÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL..... <i>Luciele Carla de Lima</i>	25
Capítulo 3 MARXISMO, DIVERSIDADE SEXUAL E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: REFLEXÕES DE UM FENÔMENO SOCIAL..... <i>Thiago Aparecido Aranha Santos</i>	39
Capítulo 4 RACISMO É MAUS-TRATOS: O ECA E A PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS NEGRAS..... <i>Adeildo Vila Nova</i>	51
Capítulo 5 CAPOEIRA, GÊNERO E RAÇA: DIÁLOGOS E TENSÕES NA FORMAÇÃO DE MULHERES NEGRAS COMO MESTRAS..... <i>Tais de Almeida Costa</i>	63
Capítulo 6 MOTIVAÇÃO NO TRABALHO EM AMBIENTES PRESENCIAL X HOME- OFFICE: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE MONITORAMENTO 24 HORAS..... <i>Thaís Wittes da Silva; Sandra Martins Moreira</i>	75
Capítulo 7 TREINANDO PAPEL DE MÃE DE FILHO(A) NEGRO(A): RELATOS PSICODRAMÁTICOS..... <i>Moema Alves Macedo; Francyelly da Silva Felix; Maria de Fátima Silva</i>	96
AUTORES.....	109



Capítulo 1
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: OS DESAFIOS
DA DEMOCRACIA DIGITAL
Maria Lucia de Souza Ramos
Maria Lucia de Moraes D'Amato

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA DIGITAL

Maria Lucia de Souza Ramos

Graduada em serviço social, pelo Centro Universitário Unihorizontes BH. Possui 2 artigos publicados, pela CEBAS- CEEFS; Atuação nas áreas das políticas de educação, assistência social e saúde; Conselhos Municipais e acompanhamento de projetos sociais para OSCs. (CV: <http://lattes.cnpq.br/94513181284818>)

Maria Lucia de Moraes D'Amato

Graduada em serviço social, pelo Centro Universitário Unihorizontes BH. Atuação na área de Pessoas com Deficiência e Educação Integral de crianças e adolescentes. (CV: <http://lattes.cnpq.br/9666739261307186>)

RESUMO

Com a presença da Pandemia no atual cenário mundial, o Brasil viu-se obrigado, a incrementar o mercado da tecnologia da informação, fomentando a participação política, por meio da democracia digital, como novas formas de exercer as atividades comerciais, políticas e socioeconômicas, trazendo uma nova realidade desafiadora para a toda a população brasileira. Tal realidade impacta na necessidade de adaptações das classes sociais, a esse novo modelo de gestão dos serviços públicos, sobretudo no acesso aos serviços e bens que passaram a ser oferecidos por meios de aplicativos e redes digitais. Surge a urgência da inclusão digital, como forma a garantir a acessibilidade de todos os cidadãos, aos direitos previstos em constituição. Assim os gestores públicos, por meio dos diversos órgãos e setores de serviços, buscam formas de disseminação das informações e conhecimentos importantes, dentre eles, o crescimento das práticas e ferramentas tecnológicas. Nesta ótica, entende-se que algumas atuações profissionais, como por exemplo, os assistentes sociais, podem contribuir na discussão e ampliação da visão institucional política, despertando o interesse de todos sobre a temática abordada neste artigo. Objetivando contribuir neste processo, este artigo traz: apontamentos teóricos, por meio da análise de conjuntura, apresentando os desafios sócios existências, da população rural dos municípios brasileiros; E deseja criar aqui, um espaço de debates, a fim de fortalecer relações democráticas e

organizadas, que levem ao empoderamento dos Indivíduos; O método aplicado, neste artigo, se deteve em referências teóricas e dados estatísticos de pesquisadores conceituados, já disponíveis nos diversos meios de comunicação existente.

Palavras-chaves: Democracia Digital, Política, População Rural.

RESUMEN

Con la presencia de la Pandemia en el escenario mundial actual, Brasil se vio obligado a incrementar el mercado de tecnologías de la información, fomentando la participación política, a través de la democracia digital, como nuevas formas de realizar actividades comerciales, políticas y socioeconómicas, trayendo una nueva realidad desafiante a la toda la población brasileña. Esta realidad incide en la necesidad de adaptaciones de las clases sociales a este nuevo modelo de gestión de los servicios públicos, especialmente en términos de acceso a servicios y bienes que a hora se ofrecen a través de aplicaciones y redes digitales. Surge la urgencia de la inclusión digital, como una forma de garantizar la accesibilidad de todos los ciudadanos a los derechos previstos en la constitución. Así, los gestores públicos, a través de las distintas agencias y sectores de servicios, buscan formas de difundir información y conocimientos importantes, incluyendo el crecimiento de prácticas y herramientas tecnológicas. Desde esta perspectiva, se entiende que algunas actividades profesionales, como los trabajadores sociales, pueden contribuir a la discusión y ampliación de la visión institucional política, despertando el interés de todos. Con el objetivo de contribuir a este proceso, este artículo trae: notas teóricas, a través del análisis de la situación, presentando los desafíos sociales existentes de la población rural de los municipios brasileños; Y quiere crear un espacio de debate aquí, a fin de fortalecer las relaciones democráticas y organizadas que conduzcan al empoderamiento de los Individuos; El método aplicado en este artículo se centró en referencias teóricas y estadísticas de reconocidos investigadores, ya disponibles en los distintos medios existentes.

Palabras-clave: Democracia Digital, Política, Población Rural.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo traz a perspectiva de favorecer elementos de discussão teóricos aos indivíduos que tenham dificuldades de acesso às informações, criando um espaço de debate, a fim de fortalecer relações democráticas e organizadas, contribuindo para o empoderamento dos indivíduos que compõem a população rural

no contexto atual de nosso país. O processo de Inclusão digital se iniciou no Brasil, por volta dos anos de 1990. Nesse percurso de caminhada histórica, o Brasil, teve sua tímida adesão, com a popularização da Internet, por meio do surgimento de alguns programas de inclusão digital, e que “ *se destinaram para populações excluídas do acesso à comunicação mediada pelo computador*” (Dias,2011 p.62). Na maioria dos municípios brasileiros, essa tentativa se deu por meio da intervenção social a partir da criação Telecentros de comunicação, Núcleos e ou comitês para atendimento virtual, “in locus”. Dentre estes, temos o surgimento das famosas “Lan Houses” ou Cyber Cafés, que se apresentaram como alternativas de dar acesso, a bens e serviço públicos, direcionados à população, que em alguns casos, estavam segregadas em muitos dos municípios espalhados pelo Brasil. Essa é, e têm sido na concepção do serviço social, uma tentativa de dar resposta ao retrato que se apresenta cotidianamente sobre as condições de trabalho, e oferta de serviços pela política de assistência social, referenciados na zona rural de alguns municípios brasileiros. Segundo dados do IBGE (2010), O Brasil possuía, nesta época 5.570 municípios. Cerca de 70% tendo até 20 mil habitantes. Menos de 1% população superior a 500 mil habitantes podendo ser classificado, na época, como grande cidade, (Dados do IBGE, CENSO 2010). Desde 2017, com a tentativa de reclassificação Regional dos Municípios, o Brasil passou a indicar

Cerca de 60% dos municípios sendo predominantemente rurais e abrigando 16% da população. Por outro lado, 26% sendo predominantemente urbanos e abrigando 77% da população. E há 13% de municípios considerados intermediários (em que não há predominância rural nem urbana) abrigando 7% da população. (Dados do IBGE. Classificação Rural-Urbano, 2017).

Essa Realidade coloca em evidência, às expressões da questão social que atingem crianças, jovens, adultos, pessoas em idade avançada, os quais muitas vezes sofrem conseqüências da precariedade ou falta de agilidade no atendimento, frente ao limite da abrangência territorial e desproteção por parte das políticas sociais, situados sobre tudo, em áreas conceituadas como rurais. Esses perfis de usuários acabam sendo direcionada a opção de pagamento de taxas, a compras de serviços online ineficientes que, nem sempre, conseguem garantir o acesso aos serviços públicos que, nos centros urbanos, já são disponibilizados de forma gratuita. Se por um lado,

“a assistência social, [...] possibilita acesso a bens e serviços, atendendo, ainda que de forma precária a interesses imediatos [...] das classes subalternas,” por outro “a sua reprodução na condição de exploração e dominação, sob controle do capital, não responde, portanto as necessidades de desenvolvimento humano e de emancipação.” (Abreu, 2016, p. 40).

Outro fator que atinge a população rural, tendo impactos nesse processo de inclusão digital é a ausência de política voltada para a educação. Falava-se há décadas sobre taxa de analfabetismo¹. Hoje, atualizamos esse contexto para analfabetismo digital. Essa realidade se apresenta em pesquisas que apontam o Brasil com um público que “aparece na 31ª posição no ranking geral de 100 países que avaliam preparo, facilidade de acesso, disponibilidade e relevância da internet a nível global”², com atitude de depositar confiabilidade em informações advindas das redes sociais, mas que não as avaliam de forma crítica, sendo capaz de identificar as veracidades das informações. E sabido que

A transformação digital é uma mudança fundamental das nossas cidades. O uso amplo de soluções e dispositivos digitais oferece às cidades no Brasil, tanto como na Alemanha, novas oportunidades para fomentar um desenvolvimento urbano sustentável. Ao mesmo tempo surgem novos riscos e questões sociais, econômicas, jurídicas e políticas, para as quais os governos locais precisam de soluções criativas. (ROSENAUER,³

Essa realidade pode afetar as condições estruturais da família, uma vez que tal contexto traz fatores que podem impactar de forma direta aos atores envolvidos no núcleo familiar, tendo como conseqüências a vivência de risco social ou enquadramento de vulnerabilidade por meio da exposição de dados pessoais, documentações financeiras, comentários e críticas de pessoas desconhecidas.

Outro fator que aparece como desafio para a inclusão digital, é o incentivo a violências e abusos dentro das redes sociais, que tem gerado ondas de Bullying dentro dos ambientes sociais e familiares. Assim, muitos casos têm ganhado teor de disputas extrajudiciais. Os dados apresentados pelo relatório de gestão da Defensoria Pública Itinerante/MG mostram que no ano de 2015 foram atendidas 6.981 pessoas que

¹ “Inexistência da funcionalidade das habilidades de leitura e escrita” - conceito dado por José Adailton C. Freire* Daiane da C. Barbosa**1Revista Científica do IFAL, v. 1, n. 3, jul./dez. 2011.

²Brasil: um país de analfabetos digitais, material de Antônio Carlos Amazonas Salles, acessado em 24 de Julho de 2019 às 00hs:07'. <https://portogente.com.br/noticias/opiniaio/108082-brasil-um-pais-de-analfabetos-digitais>.

³ (Michael Rosenauer - Diretor Nacional GIZ Brasil- Nota de apresentação da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, Agosto de 2019 p.4).

procuram por auxílio jurídico na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. De acordo com dados, *“somente entre o segundo semestre de 2015 e no primeiro semestre de 2016, são aproximadamente 1(um) milhão de cidadãos mineiros considerados hipossuficientes economicamente, que passaram a ter acesso aos serviços oferecidos pela DPMG”*.⁴

Assim, a fim de facilitar a compreensão acerca do tema em questão, os autores optam por abrir este artigo trazendo notas conceituais entendendo que tal conhecimento é um dos fatores que desafiam e impedem muitas vezes o acesso a determinados “grupos de cidadãos” ao mundo digital. É de extrema importância, compreender os conceitos e modalidades existentes no contexto atual que possibilitam o acesso dos cidadãos aos representantes públicos e gestão das Políticas Públicas. Essa compreensão também contribuirá na percepção do leitor sobre a relevância desta discussão sobre Democracia Digital, tendo em vista que os cidadãos sentem a necessidade em estar conectados aos seus representantes políticos e de exercer a sua cidadania. Sabe-se, no entanto que, há mais de duas décadas já se existia uma comunicação por meio da utilização de E-mails que funcionava de forma satisfatória, mas é inegável também, afirmar que, para certos perfis de cidadãos, o acesso é restrito ou com pouca receptividade. Na compreensão do serviço social (Abreu, 2016), a falta desses canais de participação, prejudica na conexão do cidadão com órgãos públicos, como por exemplo, as ouvidorias, secretarias, prefeituras, entre outras, além da não efetivação de uma modelo de Política Pública, com um caráter social e democrático. Neste contexto, a população rural, é uma das que mais ficam prejudicadas. Quando se tem a oferta de serviços, constituídos por meio de políticas públicas, neste caso ressalta a de assistência social, os profissionais que nela atuam, podem contribuir com esse processo de democratização das informações e de consolidação de outras políticas, exercendo inclusive, um importante papel, na prática do controle social.

As mediações entre a satisfação das necessidades sociais e o controle social constituem uma instancia privilegiada de expressões das contradições constitutivas da questão social, sendo, portanto consideradas aqui, como eixo central da objetivação da função pedagógica do assistente social nas relações sociais. (Abreu, 2016, p.42),

⁴ Ibid.,p.36

No entanto, entre os profissionais, e intelectuais direcionados numa defesa "gramsciana", essas funções pedagógicas, dos assistentes sociais, devem sempre direcionar para uma organização cultural e emancipatória, dos sujeitos. E quando isso não acontece, trata-se de *“um equívoco concernente ao entendimento sobre as modalidades de formação”* e atuação dessa categoria. (Abreu, 2016, p.60).

2. Conceitos Relevantes

Muito mais do que apenas disseminar conceitos teóricos, dos quais segue descrito, neste tópico, o serviço social, apropriado também como

“categoria de intelectuais modernos, sugere, uma reflexão, em relação as suas funções que desempenham em certas condições e em determinadas relações sociais, para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover certas maneiras de pensar e agir. (Abreu, 2016 p.65).

Considerando a idéia do analfabetismo digital, entende-se pertinente, a fim de facilitar a compreensão sobre o tema, a descrição simples de alguns os conceitos como:

a) Democracia digital, que é um conceito relacionado à participação de cidadão junto às informações vinculadas às atividades que o governo disponibiliza a população, por meio de sites eletrônicos com acesso à internet. Este mecanismo foi criado para que as pessoas pudessem participar da vida política através de websites.

b) Telemática: Um modelo de comunicação, que veio dar junção eficiente a forma de se comunicar a distancia, utilizando-se de mecanismo ou dispositivos, que direcionam a mensagem emitida, fazendo-a chegar ao seu receptor. Neste caso, esta mensagem, sendo identificada como “produto” a ser comercializado. A telemática, segundo os apontamentos de Santos, 2017, veio como resposta ao processo de avanços da tecnologia globalizada. Uma vez que, por meio desse sistema, torna-se possível juntar os serviços de informática, os operadores de redes de comunicação, e os clientes, que estando distantes, ou em lugares distintos, (espaço físico), e necessitam de agilidade e mediação na entrega e recebimento dos produtos.

c) Websites- São cartilhas em modalidades digitais, no sistema on-line, contendo instruções e orientações que visam à melhoria da comunicação entre os governos e o cidadão. Por meio deles, são oferecidos quatro tipos de cartilhas: “Cartilha de codificação”, “Cartilha de usabilidade”, “Guia de administração” e “Cartilha

de redação web”. Assim é possível acompanhar as decisões de políticas no cenário público, sua eficácia, eficiência e efetividade.

d) Instagram e Apps- São mecanismos que constituem um canal de comunicação e relacionamento digital conhecido popularmente como “redes sociais” e se estabelece por via da internet. Um exemplo prático que podemos considerar é que cada vez mais as empresas estão ressaltando o lucro, a mercadoria e o consumo por meio do Instagram (rede social). Isso faz com que algumas empresas desenvolvam cada vez mais os "apps" (aplicativos) independentemente. Estes aplicativos facilitam as compras online e colocam disponíveis produtos e assuntos de mercado com mais detalhamento e acessibilidade.

e) Tecnologia da Informação e Comunicação é o conjunto de ferramentas e recursos tecnológicos (hardware, software, rede) que permite às pessoas acessar, armazenar, transmitir e manipular informações. (Baseado no conceito da Unesco).

Dentro desse universo virtual, por meio da internet, os cidadãos se conectam com uma diversidade de povos, e se tornam consumidores, de um mercado complexo, e cada vez mais em expansão. A linguagem, as transações comerciais e a comunicação podem ser afetadas, em detrimento de palavras, e comandos codificados, com grafias em línguas estrangeiras. E não somente relacionado à grafia, mas há um todo sobre o relacionar-se, o surgimento de produtos e ideologias, normas e padronizações de vida, que segundo concepções de ABREU 2016, trazem desafios ao processo de formação do pensamento social, por meio das influências, sobre tudo, do mercado norte-americano.

Tal processo impôs a reorganização de toda uma rede de aparelhos e organizações privadas e públicas, voltadas para as necessidades da manutenção, educação, assistência e de coerção sobre os trabalhadores, no sentido de organizar uma nova cultura. (Abreu, 2016 p.65).

3. Democratização da Informação Política

A evolução da informática, dos meios de comunicação e particularmente da Internet definiu (e define cada vez mais) novos modelos para o relacionamento Estado/sociedade, configurando novas estruturas de governança. Essas novas tecnologias, portanto, teriam potencial para construir uma nova relação entre governantes e cidadãos (OCDE, 2001), pressupondo-se então, uma administração

pública mais eficiente, democrática e transparente. Aqui surgem alguns desafios, relacionados ao financiamento, manutenção e oferta dessas políticas, aos diversos perfis de classes sociais. No contexto atual,

“ o horizonte de expansão do capitalismo, tornou-se restrito, marcado por um cenário de crise de acumulação e expansão e pela hipertofia do capital financeiro, o que tende a ampliar e diversificar os meios de exploração do trabalho e da barbarização da vida social.[...] (Mota, e Amaral,2016 p. 229).

Na ótica do serviço social, (MOTA E AMARAL, 2016) “essa materialização do processo de reestruturação capitalista, se materializa por [...] mudanças na atuação do Estado - via (des)regulação do trabalho, supressão de direitos sociais e privatização/mercantilização de políticas e serviços públicos”.(p.231).

Percebe-se também, que as disparidades entre classes sociais no Brasil e a crescente ênfase na efetivação de políticas sociais motivam a discussão sobre o conceito de inclusão digital. Embora o governo apresente diversas vantagens, deve-se levar em conta a existência da exclusão digital ou "divisão digital", que na concepção de Castells (2003) -, é a desigualdade de acesso à Internet.

Mais de 52% da população mundial está off-line, de acordo com o Fórum Econômico Mundial. Aqui abre-se espaço para trazer o grito da população rural, que de acordo com, MAGNONI e MIRANDA (2016),

[...] já não pode mais ser visto como um local distante e atrasado pelos que vivem no meio urbano e industrial, adotando nesse caso o viés espacial, mas sim como um ícone de diversidade que está em desenvolvimento, e aproxima-se, cada vez mais, do meio urbano, com todas as suas características identitárias impulsionadas pelas novas possibilidades em um contexto em que o local ganha destaque. (Magnoni e Miranda. 2016.p.227)

Desvela-se a urgência em ter uma infraestrutura compatível com as necessidades econômicas e culturais do país que mantenham uma conectividade com as coisas, as cidades e com os equipamentos públicos, ou seja, uma democratização da informação. Segundo Barbosa, é a democratização que:

[...] envolve a consolidação do sistema público de comunicação, o incentivo às ações midiáticas das próprias comunidades, a garantia da sustentabilidade desses meios e a promoção da diversidade no conteúdo veiculado na mídia. Tudo “para que mais vozes e opiniões possam ser conhecidas, porque quem faz o agendamento e mídia o debate público no Brasil, mesmo na rede, ainda são os mesmos grupos de comunicação”, destaca. (BARBOSA 2014).

4- Democracia e Gestão Pública na Era Digital e o Serviço Social

Em 2011, foi sancionada a Lei nº. 12.527, de Acesso à Informação Pública, que regulamenta o acesso a dados e às informações detidas e produzidas pelo governo. Foi dentro desse contexto que surgiu o Portal Brasileiro de Dados Abertos, para centralizar a busca e o acesso aos dados governamentais. O Brasil é o 21º colocado em um ranking composto por 86 países, dentre os mais avançados em relação aos dados abertos governamentais, mesmo sendo membro co-fundador da parceria para Governo Aberto. E, somente em 2016, por meio do Decreto nº. 8.777/2016, institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

De acordo com Rodrigues, Sant'ana e Ferneda (2015, p.34) "A transparência das atividades e ações do Estado tem como uma de suas premissas fortalecer a participação dos cidadãos nesse novo modelo de administração pública. O fortalecimento pode ser garantido com a construção de ambientes democráticos que, dentre outras características, criem possibilidades de novos fluxos informacionais entre a administração do Estado e sociedade, garantindo assim uma maior visibilidade".

Segundo informações contida no Manual (2011), se houver boa utilização da tecnologia existente e iniciativa da sociedade, os dados governamentais poderão ser cada vez mais benéficos para todos. Sua reutilização poderá garantir maior Transparência: provendo melhor acesso aos dados; Participação: facilitando a educação pública, a democratização do conhecimento e a inovação; Colaboração: proporcionando contínua realimentação da sociedade e disseminação colaborativa do conhecimento. O movimento de abertura de dados governamentais está embasado em três leis propostas pelo especialista em políticas públicas David Eaves : Se o dado não pode ser encontrado e indexado na web, ele não existe. Se não estiver aberto e em formato compreensível por máquina ele não pode ser reaproveitado. Se algum dispositivo legal não permitir sua reaplicação, ele não é útil.

Apesar da evidente necessidade de uso de dados abertos, especialmente os governamentais, constituem-se como um ótimo recurso, ainda timidamente explorado. Muitos indivíduos e organizações coletam uma ampla gama de diferentes tipos de dados para executar suas tarefas. O governo é particularmente importante neste contexto, tanto por causa da quantidade e da centralidade dos dados abertos que

coleta quanto pelo fato de tais dados serem públicos, um direito no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira (MANUAL, 2011).

Dentro da ótica da atuação do serviço social, outro ponto a ser pensado, neste horizonte de acesso a serviços e informações, segundo Silva, (2011.p.220-232), seria o olhar e a compreensão sobre o alcance das ações planejadas e aos impactos que tais ações provocariam dentro das dimensões pessoais e coletivas de cada sujeito. Isso justifica e possibilita transformações concretas em esferas: social, política, econômica e cultural de grupos distintos, mas com um impacto globalizado.

O fundamental nesta discussão é perceber sobre a atuação do governo gestor desta política, a efetividade dos canais para a participação dos cidadãos, já que é um dos problemas mais relevantes dentro das sociedades contemporâneas e está relacionado ao respeito aos direitos humanos, assim como, inclusão social das minorias, incluindo os diversos modos de se ocupar o espaço virtual. Uma constatação é que a inovação tecnológica e a capacidade para o rápido acesso a conteúdos de informações e formação, nem sempre são aproveitadas e utilizadas de forma correta pela população, incluído aqui as diversas categorias (profissionais, gestores públicos, comunidades e cidadão comuns, Instituições Participativas (IPs), e representativas, entre outros).

Os motivos desta incapacidade de acesso variam e se justificam de diversas formas. Mas detenho-me em duas delas: a primeira, passa pelo processo de segregação de grupos e classes de indivíduos coletivos, à luz da história de negação-reafirmação política e da garantia de direitos, pela qual são reafirmados pelo autor Arroyo (2015). O segundo passa pela reflexão sobre a pouca visibilidade e expressividade que os canais digitais de acesso a comunicação e serviço públicos revelam na atualidade, sobretudo, para o público da zona rural. Sugere-se ampliar o olhar, sobre o conceito de população e territorialidade entendida, hoje como “rural”, uma vez que,

Sua definição varia de acordo com a corrente de pensamento ou a abordagem que se realiza, mas o conceito mais comum adotado relaciona o território ao espaço, definido a partir de uma relação de poder, tornando-se fundamental para a compreensão das estratégias de desenvolvimento do Estado moderno. (Alencar, Lunas e Cardoso Junior, 2019. P.77)

Segundo IBGE, já se discute sobre novas reclassificações, do território brasileiro, e suas subdivisões populacionais, em vista do entendimento de que há

muitos critérios, que estão além de localização geografia, e que agregam uma série de informações, da população para defini-la como população rural. (IBGE; 2017).

Pensando a categoria do Serviço Social como um grupo de profissionais que detém de elementos e instrumentos disponíveis para uma atuação política organizativa e, ao mesmo tempo, entendendo que tal realidade apresentada nesta discussão se caracteriza como uma expressão da questão social, abre-se destaque para o importante papel Institucionalizado, por meio das CRAS/CREAS (Centro de Referenciais de Atendimento Social/Centro de Referências Especializados em Assistência Social), que podem ser um viés de mediação entre este grupo segregado e o Estado. Assim, o que se destaca neste cenário é que:

As plataformas e ferramentas de comunicação virtuais têm recebido cada vez mais atenção por parte dos teóricos da democracia, no sentido de compreender o seu papel estruturador na mobilização e comunicação entre membros de organizações da sociedade, governos e população em geral. (Almeida. 2016.p.287).

Mesmo com tantos avanços da tecnologia e o potencial de velocidade para acesso a informações, por meio da telemática, o que se pode perceber na prática é que elas não chegam para a população rural, ou quando chegam, não atingem a todos os grupos sociais, e acabam se tornando ínfimas no território, pois a legislação brasileira, que vive em estado de grande instabilidade política e jurídica, não consegue garantir o acesso igualitário a todos. A população de baixa renda, dificilmente conseguem usufruir desta modalidade de comunicação. Ao mesmo tempo, de acordo com informações da reportagem BBC NEWS Brasil, o potencial de sinal e a baixa velocidade de transmissão diminuem a captação de dados em áreas rurais. Isso é um problema a ser superado, não somente no Brasil, mas a nível mundial. Embora se perceba que as empresas que atuam nesta área tecnológica, ainda não descobriram o potencial econômico e de consumo que essa população pode oferecer ao desenvolvimento de mercado. Essa ideologia não deveria fazer parte do pensamento gestor das Políticas Públicas, uma vez que, os sujeitos que habitam neste cenário geográfico ocupacional, são possuidores em mesma condição legal de igualdade de direitos, regidos e protegidos de forma constitucional, citados no Art. 5^a da CRFB/1988.

O serviço Social colabora na sua atuação profissional de acordo com os princípios do Código de Ética 1993, nos artigos:

- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

De acordo com Magnoni e Miranda (2016.p.227), “Em se tratando de mundo rural, uma série de questões surge acerca do processo de adoção da internet” podendo-se destacar: o acesso, o uso, a apropriação e todo o elo condicionado pelo contexto em forma de oportunidades e ameaças”. Estas questões estão aquém do grande cerne da questão, que deveria ser levado em consideração: há negação dos saberes locais, não vislumbrando nesta população um potencial de "receptores, [...] e atores essenciais que devem integrar a Sociedade da Informação”. (p.228).

4.1- A Democracia e Gestão Pública na Era Digital e a Política de Educação

Apesar dos avanços mundiais, que se utilizam do mecanismo de telecomunicação para introduzir políticas afirmativas, infelizmente no Brasil, as que estão voltadas numa ótica de educação a distancia, foram apropriadas, pelo mercado financeiro, que transformaram a educação, como apenas mais um produto de mercado. Esse tipo de política inicialmente deveria ser uma alternativa positiva, para fazer chegar “o saber” (científico e tecnológico) a população rural, mas a realidade brasileira tem demonstrado que os investimentos do governo têm provocado apenas uma minimização de danos à população de baixa renda, residentes em zonas rurais. Percebe-se, no entanto, que processo de acessibilidades a uma política educacional, capacitação de mão de obra, e expansão da economia, não conseguem chegar de forma eficiente, ao seu destinatário. Tais modelos causam-lhe mais prejuízos, uma vez esse modelo de educação, imputa-se a necessidade em adquirir equipamentos avançados, e muitas vezes com alto valor de custo, e ainda, não disponíveis dentro da área de abrangência do no meio rural. Essa situação acaba por contribuir como fenômeno do êxodo rural, em sua maior parte constituídos pelo perfil de população de adolescentes e jovens que deixam suas origens, em busca de possibilidades e inserção no mercado de trabalho.

Outra consequência dessa adoção da internet, com o potencial de sinal e a baixa velocidade de transmissão, pela política de educação, é a pouca expressividade de participação da população situada em zonas rurais, em grandes cursos de nível superior, com relevância para o mercado, eventos acadêmicos em níveis federais, debates e pesquisas de opinião, vinculados pela internet. (Santos, 2017). Os novos mecanismos de participação política são essenciais para a expansão e consolidação da democracia Digital. Em se tratando, de contribuição como espaço para capacitação, reforça-se, que muito dos assistentes sociais, atuantes nas políticas públicas, dos municípios situados em zonas rurais, também sofrem os impactos desse modelo de educação a distância, mas

a formação profissional em Serviço social, por se constituir em eixo de materialização e enraizamento do projeto ético-político da categoria desde a década de 1980, e tem se colocado como objeto fundamental de debates teóricos e ações acadêmico-políticas, no seio profissional, com a compreensão de que a profissão se inscreve como parte do processo de desenvolvimento das relações de produção e reprodução da vida social.(Mota e Amaral, 2016, p 256).

Segundo SETUBAL,(2013). Em relação à atuação de novos atores, no campo da pesquisa, o serviço social pode contribuir nessa temática e processo de democratização, uma vez que, como profissionais, *“conhecedores de que a pesquisa no serviço social, não é constituída de pura reflexão, pois está ladeada de todas as situações já mencionadas, como cultura, economia, política, e as experiências dos participantes no processo,”* [...] (p.126). Mas o que se nota, tanto entre os gestores das políticas pública como dentro da própria categoria profissional, é a

eliminação da importância das ações dos agentes profissionais em favor da valorização das estruturas, da reiteração da ordem. É como se no serviço social existissem apenas atores que passivamente desempenham os papéis instituídos de acordo com sua posição profissional e institucional. (Setubal, 2013. P.35).

5. CONCLUSÃO

Este artigo, elencou pontos importantes, que contribuirão na compreensão ampliada sobre democracia digital, e sobre a efetividade dos instrumentos de participação ativa, especialmente os governamentais, evidenciando, o processo excludente do qual esta imersa a população rural, Os apontamentos teóricos, dos

diversos pesquisadores, aqui apresentados, se tornam instrumentos facilitadores, para contribuir numa análise de conjuntura da realidade atual, apresentando de forma ampla e reflexiva, alguns desafios sócios existenciais, da população rural dos municípios brasileiros;

Abre-se destaque aqui, para categoria profissional dos assistentes sociais, que atuam por meio dos equipamentos públicos onde estão inseridos, sendo atores importantes na construção democrática de um processo de inclusão social. Tratando-se um grupo de profissionais, possuidores de argumentos teóricos-metodológicos, estes se tornam, agentes capazes de motivar representantes de grupos sociais diversos e outras categorias profissionais, assim como de suas instituições representativas dentro da governabilidade política, e podem propor meios possíveis de ações articuladas, e gestão dos serviços públicos. Por meio de propostas e ações interventivas, a inserção desse profissional dentro dos meios digitais e comunidades virtuais, podem fortalecer relações democráticas e organizadas, que levem ao empoderamento dos Indivíduos e contribuía com o processo de inclusão digital.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a Organização da Cultura- Perfis pedagógicos da prática profissional. 5ª ed- São Paulo:Cortez,2016

ALMEIDA, Débora C. Rezende de Instituições participativas, *accountability* e mídias sociais - Conselho Nacional de Assistência Social. In. SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai, e SAMPAIO, Rafael Cardoso- (Orgs) **Democracia digital, comunicação política e redes : teoria e prática**, Rio de Janeiro, Folio Digital. 2016.

ALENCAR, Isadora de Paula Vieira; Divina Aparecida Leonel; Hamilton Matos Cardoso Júnior. O CONCEITO DE TERRITÓRIO E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL. Revista Territorial, Cidade de Goiás, v. 8, n. 1, p. 73-83, 2019.

ARROYO, Miguel G. O direito a educação e a nova segregação social e racial- tempos insatisfatórios?. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. V.31. Nº03 p. 15-47. Julho/Setembro. 2015.

BARROS, Najara Lima (2013). Internet, democracia e participação política- Artigo Científico na IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

CARPINI, Michael X. Delli. Gen.com: Youth, Civic Engagement, and the New Information Environment. Political Communication, 17, p. 341-349.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CÓDIGO de Ética do/a Assistente Social* Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão *Aprovado em 13 de Março de 1993 Com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

DIAS, L. R. (Coord.). **Inclusão digital: com a palavra, a sociedade**. São Paulo: Plano de Negócios, 2003.

DIAS, LR. Inclusão digital como fator de inclusão social. In: BONILLA, MHS., and PRETTO, NDL., orgs. Inclusão digital: polêmica contemporânea [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 61-90. ISBN 978-85-232-1206-3. Available from SciELO Books .

IBGE- **Nova proposta de classificação territorial do IBGE, vê o Brasil menos urbano. Matéria** Publicada em 31/07/2017 - 12:00 Por Nielmar de Oliveira - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro. Disponíveis em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/nova-proposta-de-classificacao-territorial-do-ibge-ve-o-brasil-menos-urbano>, acessado em 23-10-2021.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO/Publicado em: 28/11/2018 | Edição: 228 | Seção: 1 | Página: 17. **Órgão: Presidência da República/Secretaria-Geral.**

MAGNONI, Antonio Francisco; MIRANDA, Giovani Vieira- Rural e (hiper)local: novas possibilidades jornalísticas. **Revista Latino-americana de Jornalismo** | ISSN 2359-375X . João Pessoa – Brasil | ANO 3 VOL.3 N.1 | JAN./JUN. 2016 . p. 214 a 230-

MANUAL dos dados abertos: desenvolvedores. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011. Cooperação técnica científica entre Laboratório Brasileiro de Cultura Digital e o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC. br), 2011. Disponível em:<http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/Manual_Dados_Abertos_WEB.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

MARTINS, Helena. **Unir tecnologia, democratização e cidadania é o desafio na comunicação**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-09/unir-tecnologia-democratizacao-e-cidadania-e-o-desafio-na-comunicacao>, Acesso em: 13 de setembro de 2018

MOTA, Ana Elizabete, e Angela Amaral(Org) - Cenários, Contradições e pelejas do serviço social Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

OCDE. **Des citoyens partenaires: information, consultation et participation à la formulation des politiques publiques**. Paris: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 2001.

RODRIGUES, F. de A.; SANT'ANA, R. C. G.; FERNEDA, E. Análise do processo de recuperação de conjuntos de dados em repositórios governamentais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 6, n. 1, p. 38-56, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/73496>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

RUEDIGER, M. A. **Governo eletrônico ou governança eletrônica - conceitos alternativos no uso das tecnologias de informação para o provimento de acesso cívico aos mecanismos de governo e da reforma do Estado**. In: CONCURSO DE ENSAYOS Y MONOGRAFIAS DEL CLAD SOBRE REFORMA DEL ESTADO Y MODERNIZACIÓN DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 16., 2002, Caracas. Anais eletrônicos... Caracas: Clad, 2002. 1 CD-ROM.

SANTAREM SEGUNDO, J. E. Tecnologías de la información y la comunicación para proporcionar datos abiertos em formato semántico. **Ibersid**, v. 7, p.33-40, 2013. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/4075/3744>>. Acesso em: 03 maio 2015.

SANTOS, DERIBALDO- Educação e precarização profissional: Crítica a integração da escola com o Mercado. **Cap.IV- Técnica e Tecnologia para o desenvolvimento economico, pg 125-155**. Ed.Instituto LUKACS, 2017.


SAVIGNY, Heather. (2002) Public Opinion, Political Communication and the Internet. *Politics*, 22(1), p.1-8.

SEGUNDO, J. E. S. web semântica, dados ligados e dados abertos: uma visão dos desafios do Brasil frente às iniciativas internacionais. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v. 16, 2015

SETUBAL, Aglair Alencar, Pesquisa em serviço social: utopia e realidade- 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e, O serviço Social e o Popular- resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura. 7 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.p.220-232.

WALL, Matthew- O que é o 5G e como ele pode mudar as nossas vidas. Reportagem publicada pelo jornal eletrônico da BBC New Brasil. 24 de julho de 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44936142>: Acessado em 11 de setembro/2018.



Capítulo 2
UM DEBATE PARA ALÉM DE CLASSE: A
CATEGORIA RAÇA PARA A
COMPREENSÃO DA CLASSE
TRABALHADORA NO BRASIL
Luciele Carla de Lima

UM DEBATE PARA ALÉM DE CLASSE: A CATEGORIA RAÇA PARA A COMPREENSÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

Luciele Carla de Lima

Assistente Social

Mestranda em Serviço Social (PPGSS-UFPE)

Lucieleclima@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo evidenciar raça aplicada como categoria de análise é fundamental para o entendimento da classe trabalhadora no país. A partir da pesquisa teórica colocase no centro os marcos históricos que desenharam a estruturação econômica e social do Brasil. Por intermédio da revisão bibliográfica, buscou-se artigos e livros que abordassem a história do país enquanto formação social resultante de um processo de colonização, bem como a relação raça e classe enquanto objeto para a compreensão do processo de racialização. Estabelecendo mediações entre colonialismo, colonialidade e capitalismo como chave interpretativa primordial para entendimento da questão racial como um pilar fundante da organização societária. Logo, a interferência de raça na formação da classe trabalhadora e na divisão racial do trabalho, com a finalidade de compreender como o fator racial traz atravessamentos diferenciados em corpos negros, mesmo fazendo parte da classe trabalhadora. Analisar como a categoria raça é indispensável para chegar ao entendimento em totalidade da realidade brasileira é trazer um elemento fundante para o centro do estudo das particularidades sócio-políticas que nos constituem enquanto nação. Os elementos analisados no presente artigo serão norteados a partir dos pilares entendidos como fundantes do processo histórico de formação social, o sistema escravista, o estabelecimento do capitalismo mediado pela colonialidade, onde raça não configura-se enquanto recorte, mas elemento fundante da nação.

Palavras-chave: Raça. Classe. Formação social. Colonialidade. Capitalismo

ABSTRACT

This article aims to highlight race applied as a category of analysis is fundamental to the understanding of the working class in the country. From the theoretical research it puts at the center the historical landmarks that designed the economic and social

structuring of Brazil. Through a bibliographical review, we looked for articles and books that approached the history of the country as a social formation resulting from a colonization process, as well as the relation between race and class as an object for the understanding of the racialization process. Establishing mediations between colonialism, coloniality, and capitalism as a primary interpretative key for understanding the racial issue as a foundational pillar of societal organization. Then, the interference of race in the formation of the working class and in the racial division of labor, with the purpose of understanding how the racial factor brings differentiated crossings in black bodies, even being part of the working class. The elements analyzed in this article will be guided by the pillars understood as foundations of the historical process of social formation, the slave system, the establishment of capitalism mediated by coloniality, where race is not configured as a cutout, but as a founding element of the nation.

Keywords: Race. Class. Social Formation. Coloniality. Capitalism

INTRODUÇÃO

A classe trabalhadora é resultado das mediações históricas ocorridas no interior da sociedade, logo sofrendo influência direta do processo histórico. A compreensão da totalidade das relações de classe, categoria central em Marx tem na totalidade o conjunto de categorias e relações simples, onde só é possível compreender determinado movimento quando existe a compreensão de suas múltiplas determinações e contradições (MARX, 1999).

A história é movimento e dinâmica na qual se inscrevem os movimentos que ocorrem no interior das sociedades, bem como suas reformulações impõe rigor em suas análises partindo do princípio que nada está dado, as relações são constituídas de múltiplas determinações. Diante disso, surgem alguns questionamentos: é possível construir meios revolucionários quando não conhecemos de quem é formada a classe com potencial para esse fim? E mais, é possível que uma categoria de análise seja capaz de compreender toda a complexidade de uma sociedade constituída a partir da antítese racial?.

Posto isso, ao particularizar o processo histórico brasileiro identifica-se como raça foi um fundamento utilizado pelo colonialismo para organização da dinâmica de produção e das relações sociais por meio da classificação racial estruturando o Brasil.

Logo, as bases para o adensamento do capitalismo estavam alicerçadas em mecanismos de dominação de cunho racial, pode-se identificar que o novo modo de produção não apenas se apropriou do modelo de classificação racial do passado, como também intensificou a exploração nesses corpos para a sua manutenção e extensão, onde colonialismo, colonialidade e capitalismo aparecem intrinsecamente ligados, apontando que para entender a classe trabalhadora faz-se necessário aprofundar o entendimento das bases já presentes anteriores ao capitalismo e como raça dita à organização de classe no Brasil.

Dessa forma, a partir de uma pesquisa teórica, o objetivo desse artigo reside em refletir como uma categoria de análise pautada em raça é fundamental para o entendimento em totalidade da classe trabalhadora no Brasil e aqui sinaliza-se a escolha política e teórica de apresentar esse Brasil a partir da análise de intelectuais negros majoritariamente.

RESGATE HISTÓRICO

*Terra à vista não instituiu uma descoberta
e, sim, um apagamento do outro.
Conceição Evaristo*

A compreensão de uma sociedade perpassa diante do método dialético (MARX, 1999) o caminhar sobre a realidade fazendo um caminho de retorno e reconstrução da história. Sendo assim, a construção da ideia de raça não nasce pronta, está vinculada aos diversos movimentos da realidade. De acordo com Quijano (2005), raça enquanto método classificatório talvez tenha tido origem pós invasão das Américas diante das diferenças fenotípicas entre os colonizadores e o povos que aqui habitavam. Diante disso, o fundamento racial redefiniu as identidades raciais nas Américas, bem como criou outras. Espanhol e português não eram mais de referências meramente geográficas, tinham ganhado uma dimensão racializada que passavam a significar hierarquias e definição de papéis sociais.

A dominação colonial juntamente com as teorias raciais fundamentadas na perspectiva eurocêntrica tinha como de intuito comprovar a superioridade dos europeus baseado em questões biológicas como forma de legitimar a inferioridade de outros povos como algo inato ao sujeito e, como consequência, justificar a sua dominação. Por conseguinte, “a raça converteu-se no primeiro critério fundamental

para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (Quijano, 2005, p. 230).

No Brasil, raça foi instrumento central utilizado para justificar a exploração e a violência em corpos negros e indígenas desde a invasão portuguesa. A legitimidade para tal impetuosidade era dada no argumento de raças superiores e inferiores. Assim sendo, raças consideradas inferiores eram alocadas como corpos para serem dominados

A minoria dominante de origem europeia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudo-justificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação da estética da cor negra era um dos supostos psicológicos da espoliação (RAMOS, 1995[1957], p. 220).

A escravidão existente no país desenhou de forma estrutural o desenvolvimento da então colônia. Seguindo a racialização a nível global, em especial da América Latina a questão racial foi o fator de divisão que determinou os lugares dos sujeitos não só nas relações de produção, como também das relações sociais. Além disso, o ideal racista do branco enquanto sujeito superior acarretou para a população negra violências que persistem até os dias atuais. O racismo ganha novos contornos, porém a sua navalha continua cortando e aniquilando a dignidade da população negra.

Ao particularizar o processo de formação social brasileiro constatam-se como o regime escravista funda as bases de estruturação da colônia, onde negros e negras sequestrados de sua terra foram fundamentais para essa construção, longe de qualquer humanização e sendo um corpo útil apenas para a exploração, o negro torna-se a espinha dorsal do Brasil colônia responsáveis pela estruturação econômica do país (NASCIMENTO, 1978).

O chão histórico no qual começa a se estabelecer o então Brasil colônia não foi construído sem conflitos internos. Não existiu uma passividade dos africanos em aceitarem condições brutais de existência, tampouco dos indígenas que aqui já estavam. A luta e resistência de ambos os povos é um dos elementos principais desse momento histórico, em primeiro plano para compreensão das formas de organização utilizadas na época, assim como perceber o que temos atualmente do aparelho do Estado como instrumento de repressão com a justificativa de manter o equilíbrio social oriundo do período escravocrata. As estratégias utilizadas pelos colonos eram

desenhadas não apenas em um plano macro de contenção com apoio militar, os métodos para desarticular a organização dos africanos perpassam o plano das relações pessoais e religiosas

Primeiro sequestra eles, rouba eles, mente sobre eles. Nega o Deus deles, ofende, separa eles. Se algum sonho ousa correr, cê para ele e manda eles debater com a bala de vara eles, mano (EMICIDA, 2019).

O escravismo não apenas era o modo de produção, como também o suporte fundamental que organizava os modos de relações sociais (MOURA, 1994). Circunscrito nesse período histórico, o modo de produção escravista era constituído por dois grupos antagônicos presentes: senhores e escravizados. Para melhor operacionalização do modo de produção vigente, havia divisão interna do trabalho. Assim sendo, os escravizados eram subdivididos para atividades extrativas, mineração, domésticos na casa grande, escravizados de ganho e outros tipos eram alocados nesse último grupo quando ainda não existia uma atividade estabelecida. Ocorria uma estratificação social dentro do modo de produção escravista, porém não significava diretamente uma mobilidade. A hierarquia existia entre os povos escravizados, porém a mobilidade era dentro da condição de escravo, e não para, além disso, (MOURA, 1994).

A transição para o trabalho livre será perpassada por elementos da escravidão, a lógica colonial continua ditando a organização societária, o pós abolição não garantiu nenhuma política de integração para a população negra, pelo contrario, Nascimento (1978) aponta que abolição formal caracterizou a multiplicação do crime onde não ocorreu responsabilização pelo maior crime da história. Sob o signo do trabalho assalariado, o negro escravizado como centro no trabalho foi deslocado para a periferia do novo modo de produção dando lugar ao imigrante (MOURA, 1994).

Dentro dessa passagem histórica, coloca-se como pano de fundo a entrada de imigrantes em solo brasileiro não só o aspecto produtivo, como também a política de embranquecimento adotada pelo Estado brasileiro, ou seja, a classificação racial existente no colonialismo não se finda com o fim da colônia, é adotada pelo capitalismo como forma de manutenção e extensão do seu lucro mediada pelo Estado. Analisar a formação da classe trabalhadora no Brasil a partir da chegada dos imigrantes e adensamento do capitalismo é ignorar os movimentos internos que organizaram a estrutura econômica do país e como essa classe trabalhadora foi organizada diante do seu movimento histórico particular

numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada consciente de si sem levar em conta as lutas de classe – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas (MATTOS, 2009, p. 55).

O PASSADO QUE NÃO PASSOU

A invasão das Américas pelos colonizadores teve a ideia de raça como instrumento principal que operacionalizou a subordinação dos povos não-brancos às formas bárbaras de dominação dentro da classificação social estabelecida mediante a questão racial. A exploração das colônias nas Américas foi um elemento fundamental para a construção da Europa e conseqüentemente, o estabelecimento do capitalismo a nível mundial, ou seja, o colonialismo enquanto sistema baseado na imposição do trabalho por meio da classificação racial aponta elementos chaves para a compreensão do capitalismo sobretudo em países de origem colonizadas.

Dessa forma, o capitalismo não se apresenta como uma mera extensão de dominação e exploração do passado configura-se enquanto uma nova forma de poder que articula formas de domínio anteriores tendo a colonialidade como elemento constitutivo do capitalismo. Ao retomar o fio histórico da formação social brasileira e as particularidades que residem nesse processo, tratar o desenvolvimento da colonização no país, bem como a instauração do capitalismo é pautar sobre colonialidade. Isso significa dizer que acabar com o colonialismo não significou a emancipação dos países que foram colonizados, a exemplo do Brasil. A colonialidade diz respeito à permanência da lógica escravocrata mesmo com o rompimento da escravidão (QUIJANO, 2005).

A continuação dessa nova forma de poder segundo Quijano (2005), só é possível pela política de dependência da América Latina com os países norteamericanos e europeus mediante três dimensões atuantes que formam uma tríade de manutenção desse domínio que são eles: a exploração, a dominação e o conflito. As relações de poder, de organização da vida econômica, social e política do país são controladas pelos países centrais do capitalismo. Ao jogar a lente de análise para o passado identifica-se a permanência do controle dos países colonizadores sobre as colônias, exemplificado pela América Latina onde os países integrantes formam o

bloco da periferia do capitalismo. De acordo com Katz (2002), ocorre um processo onde a periferia é recolonizada, articulando a dependência financeira, entrega de recursos naturais tendo como consequência uma subordinação aos países centrais do capital.

Entendendo que o sistema capitalista é um novo padrão de domínio que articula as complexas formas de exploração do passado e as estruturas de poder, a ideia de raça como forma de divisão da sociedade, bem como do trabalho terá continuidade no capitalismo mediante a compreensão da existência da trindade histórica de dominação desenhada por colonialismo, colonialidade e capitalismo. Onde esse complexo de mediações fundamentou raça como um elemento estruturante das relações de produção, consequentemente das relações sociais

O controle do trabalho no novo padrão de poder mundial constituiu-se, assim, articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação capital-trabalho assalariado, e desse modo sob o domínio desta. Mas tal articulação foi constitutivamente colonial, pois se baseou, primeiro, na adscrição de todas as formas de trabalho não remunerado às raças colonizadas originalmente índios e negros e de modo mais complexo, os mestiços na América e mais tarde as demais raças colonizadas no resto do mundo, Oliváceos e amarelos. E, segundo, na adscrição do trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora, os brancos (QUIJANO, 2005, p. 120).

Diante disso, compreender como se dá o capitalismo no Brasil enquanto modo de produção é necessariamente aproximar-se de como a colonialidade se desenhou nos países da América Latina, e, sobretudo no Brasil. Ao levar em consideração as especificidades existentes do seu processo histórico a luz da concepção de como raça foi o núcleo que desenhou a forma de organização societária, onde a questão racial no passado e no presente diz respeito a uma relação de poder.

Ao fazer o processo de resgate histórico, utilizando raça enquanto categoria de análise buscando compreender a formação social brasileira e como ocorreram os movimentos internos da construção da classe trabalhadora no Brasil, é entender que no campo da classificação racial e como foi operacionalizado localizar a identidade racial das pessoas brancas é entender como a branquitude opera de forma sistêmica para manutenção da sua dominação social, política e econômica utilizando-se de meios raciais. A burguesia não é formada apenas pelos donos dos meios de produção, mas por um grupo branco capitalista que usufrui do pacto narcísico da branquitude, que segundo Bento (2002), é a aproximação de indivíduos brancos em defesa de seus

privilégios tendo esse lugar como uma região de vantagens individuais e coletivas para esse grupo racial que não cabe divisão.

Com isso, cabe pontuar que para a construção de sociedade, ou melhor, a superação da ordem vigente na qual não existam formas de opressão começa pelo entendimento da branquitude enquanto problema, em razão dos seus privilégios. Não estando localizados apenas na burguesia, presente também na classe trabalhadora, onde ser branco constitui um poder simbólico, pois não estamos falando apenas de classe nesse momento, o que se apresenta é um domínio sistêmico de um grupo racial sobre o outro de forma intencional. Mediante o que foi apresentado, é importante situar que ao dizer que ser branco carrega o seu privilégio independente da classe que esteja, significa dizer que trabalhadores e trabalhadoras brancos levam vantagem sobre negros e negras, apenas por um requisito racial

Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se à classe social. Com certeza este dado é importante, mas não é só isso (BENTO, 2002, p.3).

Portanto, o racismo não existe em um plano distante, existe na classe trabalhadora. Posto isso, a suposição constantemente levantada que raça como pilar ideológico juntamente com classe fragmenta a classe trabalhadora soa como uma sintomática ação da branquitude. Que ao mesmo tempo em que não se pensa enquanto problema, não enxerga as limitações presentes que a questão racial impõe para a compreensão em totalidade do desenho societário brasileiro, e consequentemente, a superação da ordem vigente. As relações raciais se configuram socialmente e estruturalmente, o racismo será um elemento que irá determinar o lugar do sujeito na sociedade. Desse modo, entende-se como elemento estrutural e estruturante das relações sociais. Ou seja, dimensionar racismo como elemento estrutural é pensar sobre duas dimensões: político e histórico (ALMEIDA, 2018).

A dimensão política relaciona-se ao fato que implicará na forma que a sociedade se organiza e histórico, pois não existe a compreensão do racismo apenas como consequência do modo econômico e político para entender a especificidade do

racismo é preciso o entendimento da formação social e como se materializou a branquitude enquanto forma de dominação. Onde o racismo materializa-se, de acordo com Almeida (2018), na desigualdade política, econômica e jurídica.

Logo, é importante refletir sobre algumas questões que parecem ser pertinentes. Não é curioso o fato de que os espaços que comportam em sua maioria o contingente negro no Brasil são lugares em péssimas condições de vida? Se fosse apenas uma questão de classe, por qual razão existe uma baixa incidência de brancos nesses espaços mesmo sendo parte da classe trabalhadora? Por qual motivo homens negros são as principais vítimas da violência policial? Ser pobre é motivo de ser alvo da polícia? Ou ser negro é a razão pela qual a bala perdida sempre encontra o corpo negro?

A ordem produzida pelo racismo não afeta apenas a sociedade em suas relações exteriores - como no caso da colonização, mas atinge, sobretudo, a sua configuração interna, estipulando padrões hierárquicos, naturalizando formas históricas de dominação e justificando a intervenção estatal sobre grupos sociais discriminados, como se pode observar no cotidiano das populações negras e indígenas (ALMEIDA, 2018, p. 139).

Nessa linha de reflexão sobre o lugar do negro, e a necessidade de questionar a universalização da categoria classe, apresentada por alguns pensadores como uma categoria de análise que abarca todas as contradições existentes no interior da sociedade e as formas que elas se materializam, porém quando se refere à situação da população negra deixa lacunas residuais que só pode ser compreendida usando raça como método de entendimento. Um produto do racismo é olhar negros e negras como objeto, longe da condição de humanidade e isso aparece na resistência de priorizar a luta de classes em detrimento de outras categorias, insistindo em esquecê-las (GONZALEZ, 1984).

As condições objetivas que já existiam no Brasil com a chegada do capitalismo fizeram com que esse modo de produção se desenvolvesse carregando as especificidades e contradições que permeavam a então colônia. Partindo dessa premissa encontra-se intrinsecamente relacionado ao modo de produção do passado, instaurando-se sob as bases das relações de produção que já faziam parte do Brasil colônia, reutilizando e usufruindo da lógica de exploração do passado, que juntamente com a adesão de novas formas de exploração vindas com advento do capitalismo, ocasionou a multiplicação e intensificação nas diversas formas e estratégias de

domínio. O modo de produção capitalista não é deslocado do movimento societário mundial, a exploração dos territórios e dos sujeitos que ali habitavam fez parte da expansão do capitalismo em escala global.

O cenário encontrado naquele período histórico tinha como ponto fundamental para análise um contingente populacional fora dos postos de trabalho que eram os africanos e seus descendentes como consequência do processo abolicionista que não integrou essa população na sociedade. Diferente disso fomentou a marginalização da mesma. Esse elemento é utilizado pelo capital como forma de estabelecer sua logística de exploração operando no barateamento da mão de obra paga visando sua acumulação lucrativa, onde a resposta para a superexploração dessa população é seu pertencimento racial, como apontado por Mbembe (2018) o capitalismo também cria raças e espécies, não só mercadorias.

Posto isso, ao conectar os fios do passado com o presente observa-se que a hierarquização do sujeito dentro da sociedade sempre esteve relacionada na questão racial, onde o capitalismo foi favorecido desde sua instauração no Brasil pelo escravismo e desempenha até os dias atuais mecanismos de opressão baseado em raça que é utilizado com intuito de favorecer a reprodução do capital. Onde a exploração do trabalho é duplamente intensificada para a população negra, à medida que, no interior das classes existe um componente racial que irá determinar o lugar do sujeito na divisão do trabalho, alocando esses sujeitos em postos de trabalho precarizados e desempenhando formas de impossibilitar a mobilidade social dessa população, que forma em sua maioria, a classe trabalhadora no Brasil "(...) Os corpos das periferias ocupam o lugar principal de representação da exploração, da interdição e do controle imposto pela ordem capitalista no processo de produção, substituindo assim o que antes chamava-se de "corpo da fábrica" (FRANCO, 2017, p. 92)".

O passado mantém-se atual quando se tem um contingente negro fora do mercado de trabalho ou sendo a mão de obra com custo baixo que acarreta na coerção e pressionamento moral no seio da classe trabalhadora, a citar apenas a questão do trabalho. Ora, como dito popularmente "se não quiser, tem uma fila esperando para entrar", o capitalismo usa dessa razão ideológica como forma de elevar os níveis de exploração da força de trabalho e, conseqüentemente a sua acumulação, dispondo de um elemento fundamental: a manutenção do fator raça enquanto forma divisionista no interior da própria classe trabalhadora.

O retrato social brasileiro é permeado por questões raciais, e não é um debate que se faz e compreende-se na superficialidade. Olhar a classe trabalhadora formada por sujeitos específicos é estabelecer um diálogo entre as categorias de análise em busca da compreensão em totalidade do proletariado dentro da realidade brasileira. Analisar a questão racial no país é destravar e conhecer vários aspectos que influenciam na vivência pessoal e coletiva do povo negro na sociedade, conseqüentemente os rebatimentos estruturais compreendendo como o capitalismo junto com a colonialidade e branquitude opera de forma sistêmica e exploratória.

Por fim, a análise totalizante da sociedade pressupõe a unidade dialética constituída por raça e classe enquanto bases estruturais da sociedade. Diluir raça no debate de classes é criar barreiras de entendimento societário. Se a classe trabalhadora é, em sua maioria negra, será que a luta racial tratada de forma secundarizada, enquanto recorte, não retira o potencial de luta desses sujeitos negros enquanto classe? Trazer raça como fundamento de análise é retirar o apagamento histórico e político de um elemento fundante para pensar classe trabalhadora: o povo, e no Brasil o povo é negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um país que emerge da antítese racial, a construção da classe trabalhadora no Brasil é atravessada por elementos raciais em sua gênese. Ao olhar a construção histórica tendo como norteador a formação social, o real informa raça sendo um fundamento latente na organização societária, definindo lugares e papéis sociais.

Um ponto norteador da análise é entender o Brasil antes da instauração do modo de produção capitalista, compreendendo que os movimentos históricos iriam estabelecer e particularizar o capitalismo em solo brasileiro. Logo, quando não estudado os processos históricos anteriores a sua chegada resulta em limitações teóricas em identificar de quais sujeitos essa classe trabalhadora é formada.

Neste sentido, a construção do país esteve intrinsecamente conectada a questão racial e foi determinante para a forma como o capitalismo tem sua instauração no Brasil, onde a transição do colonialismo para o capitalismo seguiu a lógica colonial de subordinação de africanos e seus descendentes, intermediados pelo racismo como

instrumento de domínio sistemático. Diante disso, a classe trabalhadora no Brasil é construída e emerge desse complexo de determinações.

No decorrer da reflexão nota-se a presença de um proletariado majoritariamente negro apontando para a necessidade de compreender raça enquanto categoria de análise fundamental no mesmo patamar de classe, levando em consideração como se deu o processo histórico de sua construção. Logo, ao falar de classe trabalhadora no Brasil é necessário compreender a relação dialética entre raça e classe. Tratar raça como um elemento secundário ou diluir em classe implica no distanciamento do movimento real societário. Além disso, como entender a totalidade social se desconsidera um fator estrutural?

A emancipação da classe trabalhadora é resultante de um processo profundo de conhecimento da mesma. O potencial de uma luta é dado pelos atores sociais que a integram. Diante disso, faz-se necessário sublinhar se os protagonistas das mais diversas lutas estão no centro de construção, do debate, de falarem por si. A reconstrução de uma de luta com raízes populares precisa ter o povo no centro e esse povo é negro. A classe trabalhadora no Brasil tem raça, não se pode tratar isso como um fator que não altere a compreensão da formação e organização da classe trabalhadora, onde impõe caminhar com classe, mas também com raça.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais no poder público.** São Paulo: s.n, 2002.-169p.

EMICIDA. **Ismália.** Laboratório Fantasma, 2019. 5:57min. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=4pBp8hRmynI> . Acesso em: 01 Out. 2020.
EVARISTO, Conceição. **África: âncora dos navios da nossa memória.** Via Atlântica, São Paulo, n. 22, 159-165, dez/2012.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista.** 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999. 65 p.

FRANCO, M. **A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista,**

negra e favelada. In: Bueno W, Pinheiro-Machado R, Burigo J, et al. editores. Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk; 2017. p. 89-95.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Brasília, Anpocs, 1984, p. 223-244.

KATZ, Claudio. **El imperialismo del siglo XXI**. Jun. 2002. Disponível em: www.eltabloid.com/claudiokatz. Acesso em: 20 set. 2020.


MATTOS, M.B. **Trajetória entre fronteira**: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. In: Revista Mundos do Trabalho, vol.1, n.1, janeiro-junho de 2009.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed., São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.p.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.
NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, (1995[1957]a).



Capítulo 3
MARXISMO, DIVERSIDADE SEXUAL E
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO:
REFLEXÕES DE UM FENÔMENO SOCIAL
Thiago Aparecido Aranha Santos

MARXISMO, DIVERSIDADE SEXUAL E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: REFLEXÕES DE UM FENÔMENO SOCIAL

Thiago Aparecido Aranha Santos

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Guarulhos. Especialista em Saúde pública e Saúde da Família, Mestrando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP. E-mail: thiagoaranhas@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho apresenta a temática de reflexão acerca do fenômeno social e de resistência na qual se apresenta a diversidade sexual a partir da perspectiva marxista. Ressaltamos aqui as violências que são apresentadas no serviço social exigindo assim uma análise crítica no que tange às categorias, gênero, classe e raça/etnia. Nesse sentido cabe afirmar que, partindo dessa perspectiva crítica, temos como objetivo, trazer contribuição à luta histórica do movimento LGBTQIA+. Trata-se de fato de uma temática atual e pertinente visto que de modo constante observa-se casos de violência contra as lutas dos movimentos sociais no Brasil. O presente estudo adotou como metodologia a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e busca ainda dialogar e enfrentar críticas históricas e contemporâneas sob a ótica marxista no que tange a sua perspectiva de totalidade na diversidade sexual e divisão sexual do trabalho. São muitas críticas à suposta insuficiência do marxismo na diversidade sexual e na defesa da população LGBTQIA+, este estudo traz como evidência que o pensamento marxista contribuiu e ainda contribui para que diante de cada situação de exploração e de opressão, possamos identificar determinações da sociedade capitalista que submetem indivíduos a condições precárias de vida produzindo a barbárie identificada na contemporaneidade.

Palavras-chave: Marxismo. Diversidade Sexual. Divisão Sexual do Trabalho. Gênero, Raça e Classe.

RESUMEN

El presente trabajo presenta el tema de reflexión sobre el fenómeno social y de resistencia en el que se presenta la diversidad sexual desde la perspectiva marxista. Destacamos aquí la violencia que se presenta en el trabajo social, exigiendo así un análisis crítico en cuanto a categorías, género, clase y raza/etnia. En este sentido, vale la pena señalar que, desde esta perspectiva crítica, nuestro objetivo es contribuir a la lucha

histórica del movimiento LGBTQIA+. Es, de hecho, un tema actual y relevante, ya que constantemente se observan casos de violencia contra las luchas de los movimientos sociales en Brasil. El presente estudio adoptó como metodología la investigación bibliográfica cualitativa y también busca dialogar y enfrentar la crítica histórica y contemporánea desde una perspectiva marxista en cuanto a su perspectiva de totalidad en la diversidad sexual y la división sexual del trabajo. Son muchas las críticas a la supuesta insuficiencia del marxismo en la diversidad sexual y en defensa de la población LGBTQIA+, este estudio evidencia que el pensamiento marxista ha contribuido y contribuye para que, ante cada situación de explotación y opresión, podamos identificar determinaciones de la sociedad capitalista que someten a los individuos a condiciones de vida precarias, produciendo la barbarie identificada en la contemporaneidad.

Palabras clave: Marxismo. Diversidad sexual. División sexual del trabajo. Género, Raza y Clase.

Introdução

Neste artigo sistematizamos em breves sínteses explicativas uma estrutura categorial da maior importância sobre os determinantes processos históricos no que tange ao a opressão às mulheres trans mais especificamente, na sociedade capitalista. Aqui, nos basearemos nas contribuições de Marx que entendemos como fundamentais para entender todo esse processo de opressão principalmente sem desconectar da totalidade. Concordamos ainda com CISNE que afirma nessa perspectiva de totalidade que a classe trabalhadora é una e diversa, nela há classe, raça e gênero. A partir disso, podemos aprofundar as discussões sobre classe social e a produção e reprodução do capital.

Ao abordarmos a categoria gênero, podemos dizer que a mesma hoje tem sido discutida com frequência o que nos faz afirmar que todos em algum nível já ouviu falar principalmente às relações de gênero que são frequentemente atribuídas às mulheres. Neste artigo, abordaremos a categoria relações de gênero, porém sob a perspectiva das mulheres transexuais. Desse modo, vale ainda ressaltar que esse termo se tornou conhecido quando Robert Stoller aprofundava seus estudos sobre meninos e meninas que eram educados de acordo com um sexo que não era o seu, isso nos remete diretamente a ligação entre a discussão de relações de gênero e relações sociais.

Ao discutir relações de gênero, cabe-nos ainda ressaltar que o tema foi e é muito utilizado pelos movimentos feministas para evidenciar as diferenças que existem entre homens e mulheres e mais especificamente o que é construído socialmente o “ser homem” e o “ser mulher”.

Falar ainda sobre questão social, gênero e diversidade sexual no âmbito da teoria social é tarefa complexa e cheia de nuances que nos levam a reflexão cotidiana. Neste processo reflexivo precisamos passar, ainda que brevemente pelos fundamentos teórico-políticos da diversidade humana, do heteropatriarcado e do racismo. Ainda no tocante a complexidade dos temas, podemos afirmar que a mesma envolve situações concretas da vida singular dos indivíduos e dos sujeitos políticos coletivos sendo assim considerados temas que contemplam a resistência. O objetivo desse artigo é oferecer elementos para situar o entendimento e dialogar com tais temas na trilha do processo de renovação do serviço social no Brasil.

Conforme Saffioti:

O nó constituído pelas contradições fundamentais da sociedade brasileira, pode-se afirmar a existência de três identidades sociais básicas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe social. Não se trata, porém, de três identidades autônomas, em virtude, justamente, de estarem atados os antagonismos que lhes dão origem. (SAFFIOTT, 2004, p. 63).

Neste sentido, pode-se afirmar que não é possível discutir separadamente gênero, raça e classe, sem aprofundar o nó que foi e é construído e marcado pelas contradições da sociedade em sua contemporaneidade. Para a afirmação da centralidade ontológica do trabalho na vida social, entendendo que o trabalho consiste no ponto de partida da humanização do indivíduo nos apoiamos em Cisne e Santos que a respeito das dimensões nos diz o seguinte:

"Essas dimensões (sexo/sexualidade, raça/etnia e classe) determinam, em grande medida, as múltiplas relações sociais que nos compõem e que estabelecemos, seja por gerar situações desiguais entre indivíduos nas relações interpessoais e oferecer situação de privilégio a alguns em detrimento a outros (as), seja por estruturar relações de poder, exploração e opressão de um grupo social ou classe sobre outro" (CISNE & SANTOS, 2018, p. 26).

Com isso, vale enfatizar aqui a abordagem das questões numa perspectiva de totalidade, e não se pode abandonar o caráter radicalmente histórico do ser social como complexo de complexos.

Reflexões sobre a Divisão Sexual do Trabalho e a exploração no mundo do trabalho

Pensar a temática de reflexão acerca das “relações sociais de sexo” e de “raça”/etnia são elementos indispensáveis para entendermos a exploração do mundo do trabalho, especialmente, no que se denomina como “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino”. Neste sentido, começamos a aprofundar a temática sobre a divisão sexual do trabalho que aqui, entendemos como questão central para discutir gênero e desigualdades. Vale a pena intensificar tal reflexão no que diz respeito às relações de trabalho, desigualdades e desvantagens das mulheres cis e trans, e que não se estabelecem apenas no gênero. Assim, podemos afirmar que é conectando gênero, classe e raça que vamos percebendo que as mulheres não são excluídas do mercado de trabalho, mas entram em condição de desvantagem. Já no caso de mulheres trans é visivelmente perceptível além da condição de desvantagem, a exclusão.

Nesse sentido, podemos observar que essa desvantagem vai sendo reproduzida no âmbito institucional e reproduzida por um cotidiano que conta com papéis diferentes de homens e mulheres e que qualifica o trabalho de homens e mulheres de maneira muito distinta. Isso, é particularmente relevante quando se pensa na posição de mulheres negras que são a maioria que exercem trabalhos precarizados e são aquelas que chefiam os lares com menor renda no Brasil. Ressaltamos ainda, conforme nos apresenta o Dieese sobre o contingente feminino, desocupada ou que buscou colocação no mercado de trabalho em 2021, aumentou em relação a 2019: 564 mil mulheres a mais procuraram uma vaga, das quais 285 mil eram negras. Então observamos que não se trata de pensar as mulheres apenas na vida doméstica, mas de entender como se articulam posições na vida doméstica e pública que tem a ver como o circuito da precarização do trabalho e da desvalorização da vida que se estabelece.

Ao pensarmos em divisão sexual do trabalho precisamos ter claro que é uma questão de gênero. As mulheres ainda dedicam o dobro do tempo semanal a atividades domésticas, ao cuidado de filhos e pessoas idosas do que o tempo dedicado pelos homens. Tudo isso vai se construindo socialmente e diz muito sobre como organizamos a vida no cotidiano. É uma discussão que tem consequências para além do cotidiano doméstico. Uma vez que, dedicando mais tempo a tarefas

domésticas as mulheres tem menos tempo para se dedicar por exemplo à política, estudos e sociabilidades, fazendo com que essa sobrecarga resulte em menos energia para demais atividades. A divisão sexual do trabalho doméstico também é elemento muito importante e essencial para se entender que a renda média das mulheres hoje, permanece cerca de 25% menor que a dos homens no momento em que elas tem maior acesso à educação formal, ou seja, não é possível utilizar como argumento que a renda menor guarda memória de quando as mulheres eram menos formalmente capacitadas para o exercício profissional. Ela não guarda uma memória desse tempo, ela é uma atualização de responsabilização desigual por outros aspectos da vida como o trabalho doméstico, cuidado dos filhos e o papel de cuidado que foi introduzido socialmente. Ainda sobre essa renda desigual do trabalho vale ressaltar que tem relação sobre tudo com alguns aspectos das relações de gênero.

Dessa forma, percebe-se que a produção do gênero se dá nas relações de trabalho, ou seja, a divisão sexual do trabalho é um locus fundamental na produção do gênero e isso talvez cause uma estranheza pois as pessoas tem mais contato com uma literatura que situa a produção do gênero no âmbito da sexualidade e de fato esse é um âmbito da produção do gênero, mas é importante resgatar o fato de que os sentidos do feminino e masculino e mesmo a construção binária tem uma relação estreita com as expectativas que se tem das responsabilidades que devem ser assumidas, das tarefas que devem ser desempenhadas por mulheres e por homens. Isso evoca um problema fundamental que é o da socialização das meninas e meninos. Desde muito cedo essas expectativas são parte da construção do que é então tornar-se uma mulher, tornar-se um homem, mesmo com todas as mudanças que aconteceram. Dessa forma, podemos afirmar que há uma conformação conjunta do feminino e do masculino no âmbito da sexualidade e do desempenho de tarefas que se espera que sejam de mulheres ou de homens. No entanto, não se trata de uma questão de diferenças, mas de uma questão de como os privilégios se estabelecem, ou seja, as expectativas que se tem de que as mulheres prioritariamente o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado no modo de organização atual da nossa sociedade, elas implicam desvantagens profundas para as mulheres e são partes do circuito que tornam suas vidas especialmente vulneráveis sobretudo às vidas das mulheres negras.

OS EMBATES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Na discussão entre gênero e questão social a divisão sexual do trabalho é uma questão central para discutir suas complexidades com olhar voltado às desigualdades. As relações de trabalho das mulheres e mulheres trans, não se estabelecem apenas no e por conta do gênero.

Ao realizar uma breve análise do cotidiano e o processo de sociabilidade, entre gêneros, podemos afirmar que é de fato necessário conectar gênero, classe e raça para perceber que as mulheres não são completamente excluídas do mercado de trabalho, ao mesmo tempo não podemos negar que as mesmas estão historicamente em condição de desvantagem. Já no caso de mulheres trans é visivelmente perceptível a exclusão.

A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação do gênero dominação. (SOUZA-LOBO 2011, p. 174)

Algo interessante é que a desvantagem vai sendo reproduzida no âmbito institucional e reproduzida por um cotidiano que conta com papéis diferentes de homens e mulheres e que qualifica o trabalho de homens e mulheres de maneira distinta gerando assim um ciclo que fortalece o impacto da divisão sexual do trabalho.

Duas categorias precisam ser levadas em consideração no processo da divisão sexual do trabalho. A hierarquia e a separação: no contexto histórico podemos ver que ambas são passíveis de transformação e vão agregando valores e maiores valores ao trabalho de homens e diferenciando o que é conhecido e reforçado como trabalho de homem e trabalho de mulher.

Neste sentido, precisamos evidenciar que quando falamos em divisão sexual do trabalho, não se trata apenas de trabalhos que são diferentes segundo o sexo, e sim hierarquicamente distintos e vão se desdobrando e se expressando nas desigualdades existentes, como temos visto hoje por exemplo, nas carreiras, nas qualificações profissionais e nos salários entre os sexos.

Ao realizarmos uma breve análise, vemos que as mulheres ainda dedicam o dobro do tempo semanal a atividades domésticas, cuidado de filhos, cuidado de pessoas idosas do que o tempo dedicado pelos homens. Isso diz muito sobre como organizamos a vida no cotidiano. É algo que tem consequências para além do

cotidiano doméstico. Uma vez que, dedicando mais tempo a tarefas domésticas as mulheres tem menos tempo para se dedicar por exemplo ao aprimoramento profissional, pesquisas acadêmicas dentre outros.

Conforme Cisne e Santos, 2018 quando falamos em divisão sexual do trabalho, é importante não limitá-la ao binarismo de gênero, homem x mulher, mas também compreender que outros elementos compõem as relações sociais de sexo, como a orientação sexual e outras expressões de identidades de sexo que vão além do binarismo, como por exemplo as pessoas trans.

Nesse sentido, considerar algumas dimensões que se associam às relações sociais de sexo que, por sua vez estruturam de forma diferente e a exploração do trabalho, nos leva a compreender que alguns nichos de trabalho são marcados por uma presença de LGBTs por exemplo. Com isso, a orientação sexual imprime um processo que condena homossexuais a profissões para as quais ser gay é aceitável ou recomendável, a exemplo de cabeleireiro, maquiador, esteticista. No tocante a sexualidade, mais especificamente a orientação sexual, é componente da divisão sexual do trabalho. As chamadas identidades de sexo/gênero também promovem mediações na estruturação dessa divisão sexual do trabalho. Assim é que travestis e trans, por exemplo, também são aceitas em determinadas profissões. Vejamos então que todas as transgressões vão associar-se a profissões também consideradas femininas, logo, socialmente desvalorizadas.

Pensando ainda pelo lado do método materialista histórico-dialético, nos cabe ainda problematizar, em uma perspectiva de totalidade, que as relações sociais de sexo (incluindo sexualidade) e as étnico-raciais conformar as classes sociais. Dessa forma, classe, raça e sexo são indissociáveis para que possamos fazer análise de qualquer fenômeno social nesta sociedade. Vale ainda ressaltar que ao longo do período histórico, apesar de presente as temáticas foram frequentemente tratadas separadamente. Mas precisamos reforçar que, a classe, além de ter sexo, possui raça/etnia, e essas dimensões imprimem condicionalidades que estruturam de forma diferente as vivências das formas de exploração e opressão nesta sociedade.

Considerações Finais

Por fim, no desfecho deste ensaio, queremos chamar atenção para a mediação decisiva e contraditória das políticas sociais, na intersecção entre o projeto ético-

político do serviço social com a luta mais geral dos trabalhadores, frente ao multifacetado terreno da luta de classes do Brasil, afrontado pelos determinantes do capitalismo dependente e da ofensiva reacionária do imperialismo na presente conjuntura de sobrevida da programática neoliberal.

Desta forma, o trabalho doméstico remunerado, fornecido principalmente pelas mulheres cis e trans negras nesse país, é o que está mais distante da experiência da ampla maioria dos homens que estão nos espaços institucionais. Isso vai nos ajudando a desenvolver uma reflexão sobre o motivo pelo qual se demora tanto tempo para a sociedade conseguir equiparar por exemplo, os direitos das trabalhadoras domésticas aos direitos de outras trabalhadoras e trabalhadores. Algo que infelizmente significa menos do que poderia significar, uma vez que a nova legislação trabalhista retira direitos e desregulamenta o trabalho de maneira que fica difícil que a gente de fato perceba uma efetividade nas mudanças existentes na legislação

A política social em nossa hipótese é subsidiária à reprodução das relações sociais capitalistas, integrante e coadjuvante do processo de valorização e, sem sombra de dúvidas, produto e meio mesmos da luta de classes, como parte do processo de disputa do excedente convertido em receitas públicas, advindas da tributação direta e indireta do consumo de massa e da renda do trabalho, principalmente, e, apenas de forma cosmética, do patrimônio, dos rendimentos financeiros e do lucro apropriado.

Reafirmamos que a política social, como dimensão constitutiva do Estado capitalista desde sua expansão monopólica nas primeiras décadas do século XX, metaboliza-se ao processo de acumulação do capital, cujos vínculos fundacionais transitam em contraditória unidade das esferas da produção e reprodução social. Trata-se de um mecanismo que socializa e refina os custos da reprodução da força de trabalho para o conjunto da sociedade, com específicas características ditadas pela superexploração próprias da condição de dependência — baixa cobertura previdenciária, ao lado de minimalista proteção socioassistencial para as transferências de renda não diretamente contributivas.

Direitos e políticas sociais integram a riqueza social formada por composições crescentes do processo de extração de valor-trabalho. Cobrando impostos majoritariamente na taxação dos salários e consumo dos trabalhadores, que são diretamente apropriados pelo Estado, mas, em última instância, com a hegemonia do capital financeiro na definição da política econômica com as medidas de ajuste fiscal,

o controle dos processos de produção e de acumulação de valor pelo capital também se configuram como partícipes da composição do excedente, especialmente pelas estratégias de autovalorização do capital por meio da captura dos recursos que financiam os serviços da dívida estatal, que somam a maior parte da destinação do orçamento público no País.

No Brasil, mesmo os setores industriais com maior produtividade foram inseridos de modo que seus diferentes graus de formação orgânica do capital e da técnica fossem sistematicamente dependentes de investimento financeiros e da transferência tecnológica externa, fazendo com que a dilatação do tempo de rotação do capital fixo, por meio do esgotamento do trabalho morto condensado, impusesse a necessidade de superexploração compensando eventuais atrasos de competitividade e de formação de preços.

Referências

CUEVA, Agustín. A teoria marxista: categoria de base e problemas atuais. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Egnardo (ed.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

LINERA, Álvaro García. Forma Valor y Forma Comunidad. La Paz: Muela del Diablo, 2009.

MARIÁTEGUI, José C. Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARINI, Ruy M. Dialética da dependência. In: MARINI, Ruy M.; SADER, Emir. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. Mirla Cisne. – 2. Ed. – São Paulo. Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. Revista Temporalis. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

CISNE, Mirla. Feminismo, diversidade sexual e serviço social. Mirla Cisne, Silvana Mara Morais dos Santos. (Biblioteca básica de serviço social. V. 8). São Paulo. Cortez, 2018

NOGUEIRA, Camilla dos S. Economia brasileira contemporânea: dependência e superexploração. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

OSORIO, Jaime. Teoría marxista de la dependencia: historia, fundamentos, debates y contribuciones. DF/México: Universidad Autónoma Metropolitana UAM-Xochimilco; Editorial Itaca, 2016.

OSORIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAIVA, Beatriz A. de. Antinomias do Planejamento Orçamentário nas políticas sociais brasileiras. In: GARCIA, Adir V. et al. (org.). Reflexões Sobre a Pobreza: concepções, enfrentamentos e contradições. 1. ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017. v. 1. p. 81-122. Disponível em: <https://fliphtml5.com/wskm/whai/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PAIVA, Beatriz A. de; CARRARO, Dilceane; ROCHA, Mirella. Política Social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da teoria marxista da dependência. Ser Social. Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702. Acesso em: 20 jan. 2022.

PAIVA, Beatriz A. de; HILLESHEIM, Jaime; CARRARO, Dilceane. Previdência Social e Trabalho: supressão de direitos no capitalismo dependente. Ser Social. Brasília, v. 18, n. 39, p. 349-373, jul./dez. 2016. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14285/12603. Acesso em: 20 jan. 2022.

PINTO, Álvaro V. Consciência e realidade nacional: volume I: a consciência ingênua. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

RAMOS, Jorge A. História da Nação Latino-americana. Florianópolis: Insular, 2014.

SANTOS, Theotônio dos. Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis: Insular, 2018.

SILVA, Maicon C. da; PAIVA, Beatriz A. de. El Estado latinoamericano como un cuerpo extraño a la nacionalidad: contribuciones desde la teoría marxista de la dependencia. In: MEJÍA, Juan C. A.; GRANATO, Leonardo (ed.). La cuestión del estado en el pensamiento social crítico latinoamericano. Medellín: Unaula, 2021. p. 351-388.

SOUZA, Cristiane L. S. de. Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

WILLIAMS, Eric. Capitalismo e escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



Capítulo 4
RACISMO É MAUS-TRATOS: O ECA E A
PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS NEGRAS
Adeildo Vila Nova

RACISMO É MAUS-TRATOS: O ECA E A PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS NEGRAS

Adeildo Vila Nova

Assistente social judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP).

*Bacharel em Serviço Social. Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia
universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-Mail:*

adeildovilanova@yahoo.com.br

Os brancos retirando os negros da África não previam que iam criar o racismo no mundo que é problema e dilema. Eu lia o livro, retirava a síntese. E assim foi duplicando o meu interesse pelos livros. Não mais deixei de ler.

Carolina Maria de Jesus (1914-1977).

RESUMO

A violação dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil é uma constante. Expressas nos diversos indicadores das desigualdades sociais. Quando nos referimos às violações desses direitos das crianças negras, o quadro se agrava ainda mais. Analisamos criticamente essas circunstâncias por meio de uma revisão bibliográfica criteriosa. Infere-se uma correspondência direta entre maus-tratos e racismo contra crianças negras brasileiras.

Palavras-chave: Maus-tratos, Racismo, Crianças negras.

ABSTRACT

The violation of the rights of children and adolescents in Brazil is constant. Expressed in the various indicators of social inequalities. When we refer to violations of these rights of black children, the picture is even worse. We critically analyze these circumstances through a careful bibliographic review. A direct correspondence is inferred between mistreatment and racism against black Brazilian children.

Keywords: Mistreatment, Racism, Black children.

INTRODUÇÃO

Pensar o racismo no Brasil é um grande desafio considerando o processo histórico de colonização e escravização que mancham a nossa formação sócio-histórica e que a elite burguesa, ou aburguesada, do nosso país insiste em não reconhecer sua existência e as consequências nefastas sobre a vida de trabalhadoras/es negras/os brasileiras/os. Especialmente quando ainda pouco se discute, em termos acadêmicos, políticos e sociais, a incidência do racismo e seus rebatimentos na infância negra brasileira.

Para este estudo, considerando sua dimensão política e ideológica, optou-se, não à toa, pelo método do materialismo histórico dialético em Marx, pois.

[...] nos desafia a trabalhar sempre considerando a contradição e o conflito; o 'devir'; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolve seu objeto de estudo. (LIMA e MIOTO, 2007, p. 39).

Nessa mesma perspectiva, decidiu-se pela pesquisa bibliográfica, metodologia que se coloca como uma estratégia importante para a obtenção das informações e das relações necessárias para o estabelecimento de uma análise crítica que considere a totalidade do objeto de estudo. Mas não podemos confundir pesquisa bibliográfica com revisão bibliográfica ou revisão de literatura. Lima e Miotto (2007, p. 38) apontam muito bem as diferenças entre uma e as outras.

[...] falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.

A partir de uma bibliografia criticamente selecionada, analisamos a correspondência entre maus-tratos e racismo e seus desdobramentos nas relações e sociabilidade entre trabalhadoras/es dos serviços de acolhimento institucional e as crianças acolhidas e a recusa de crianças e adolescentes negras/os pelas/os pretendentes à adoção. Um processo sistemático de exclusão dessas crianças e adolescentes na ordem de preferência nos processos de adoção e de colocação em família substituta.

CRIANÇAS NEGRAS NO BRASIL: SEU APAGAMENTO COMO EXPRESSÃO DO RACISMO

No livro “História das crianças no Brasil”, organizado pela professora Mary Del Priore (2018), dos quinze artigos do livro, analisando o seu sumário, apenas dois discutem a questão da criança negra e escravizada no Brasil. Com o título “Crianças escravas, crianças dos escravos”, de Ana Maria Mauad, onde essa questão aparece mais explicitamente e no artigo: “Criança esquecida das Minas Gerais”, de Julita Scarano, que aborda a comercialização de crianças negras e as funções que exerciam naquele período. Os demais se referem às crianças de elite, nas embarcações, na relação com os jesuítas.

Um pouco mais adiante, é lançado o livro “História Social da Infância no Brasil” organizado pelo professor Marcos Cezar de Freitas (2003), e nenhum título no sumário, sequer, cita a questão da escravização das crianças, embora alguns títulos tragam discussões, no que se refere à temporalidade, dos séculos XVI ao XX. Novamente a cor das crianças é omitida, o que traz consequências importantes como o apagamento e a invisibilidade dessa população negra infantil à época. Esse sumiço da cor em documentos da segunda metade do século XIX foi percebido e denunciado pela professora Hebe Mattos (1998) em sua importante obra *Das cores do silêncio*.

Se pensarmos nas crianças que estão sobrevivendo em situação de rua. Quem são essas crianças e em que condições elas vivem? Apesar da sua sobre-representação nesses espaços, contraditoriamente são invisibilizadas. O apagamento da sua história e dos processos sócio históricos de formação do nosso país que as submeteram a essas condições pouco são discutidos, muito menos enfrentado pelos poderes constituídos do nosso país.

Predominam nas ruas crianças e adolescentes do sexo masculino (71,8%). A faixa etária predominante é entre 12 e 15 anos (45,13%). Quase metade das crianças e dos adolescentes em situação de rua (49,2%) se declarou parda ou morena⁵ e se declararam negros 23,6%, totalizando 72,8%, proporção muito superior à observada no conjunto da população. (CONANDA, 2012).

⁵ Percebe-se um equívoco do CONANDA na coleta da auto declaração para classificação racial como parda ou morena, pois há de se considerar a classificação oficial do IBGE quais sejam: Preta, Parda, Branca, Amarela e Indígena para o possível cruzamento de dados com os demais indicadores sociais.

Muitas crianças também foram escravizadas, mas nas histórias sobre a infância brasileira isso passa de forma muito discreta e sem o devido destaque, tendo em vista a importância dessa mão-de-obra infantil durante o período de escravização dos negros. Esse trabalho se dava nas plantações, mas não somente. O trabalho doméstico infantil era muito comum entre as crianças negras escravizadas, especialmente as meninas negras.

No espaço doméstico, meninos, e, sobretudo meninas, desempenhavam toda sorte de tarefas: servir a mesa, varrer, costurar, recolher cinzas do fogão, carregar água, limpar urinóis, banhar senhores e seus filhos, ajudá-los a se vestir, espantar as moscas que os atormentavam, embalá-los no vaivém das redes, tudo aquilo que, enfim, que seus braços de força, ainda modesta, pudessem suportar – e, não raro, até mais do que isso. (SCHWARCZ e GOMES, 2018, p. 170).

RACISMO E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA: DISCRIMINAÇÃO E EXCLUSÃO DE CRIANÇAS NEGRAS

As discussões sobre o racismo no Brasil se configuram numa arena de disputas ideológicas, políticas e acadêmicas. São inúmeras as tentativas de conceituar, de buscar termos que sintetizem e expliquem de maneira objetiva a questão racial e seus desdobramentos na vida cotidiana e objetiva da população brasileira (SANTOS, 1984; GUIMARÃES, 2009; CARNEIRO, 2011; ALMEIDA, 2021).

Negros são as maiores vítimas de homicídios no Brasil. Segundo o Atlas da Violência (2019), em 2017, 75,5% das pessoas assassinadas no país eram pretas ou pardas – o equivalente a 49.524 vítimas. A chance de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,5 vezes maior do que a de um jovem branco. Negros também é maioria entre os que morrem em decorrência de ações de agentes de segurança do Estado. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), 74,5% das pessoas assassinadas em intervenção policial são pretas ou pardas.

As mulheres negras são vítimas mais recorrentes de homicídios. Segundo o Atlas da Violência (2019), a taxa de assassinatos dessas mulheres cresceu 29,9% de 2007 a 2017. No mesmo período, o índice de homicídio de mulheres não negras cresceu 4,5%. As mulheres negras são o principal grupo de risco nos casos de feminicídio. Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019) mostram que 61% das mulheres que sofreram feminicídio no Brasil eram negras.

Os negros são a maioria entre as pessoas presas no Brasil. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização (DEPEN, 2017), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, aponta que 61,6% dos detidos no país eram pardos ou pretos em junho de 2017 (dados mais recentes disponíveis). Os brancos representavam 34,38% dos presos. 64,1% das crianças e dos adolescentes em situação de trabalho infantil são negros. 83,5% das vítimas de homicídios de 10 a 19 anos são negros.

De acordo com o UNICEF, as crianças e adolescentes ainda representam um percentual grande dos brasileiros: são 53,7 milhões de meninos e meninas que precisam ter seus direitos garantidos. Para o UNICEF, a face mais trágica das violações de direitos que afetam meninos e meninas no Brasil são os homicídios de adolescentes: a cada hora, alguém entre 10 e 19 anos de idade é assassinado no País [estimativa do UNICEF baseada em dados do Datasus (2018)] - quase todos os meninos, negros, moradores de favelas.

Para o professor Silvio Almeida (2021, p. 50), no que se refere à perspectiva estrutural do racismo, ele “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ (grifos do autor) com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”. Almeida (2021, p. 52) infere que “o racismo pode ser desdobrado em processo político e processo histórico”.

ACOLHIMENTO E ADOÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS: RACISMO COMO UM MARCADOR SOCIAL

Refletir sobre acolhimento institucional no Brasil é também se debruçar sobre as condições de sobrevivência e de uma forma particular de sociabilidade das crianças negras que é marcada socialmente por uma série de violações de direitos e de garantias fundamentais estabelecidas e amparadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seus inúmeros dispositivos como é o caso do direito ao acolhimento institucional. Afirmativa corroborada pelo jurista Silva Júnior (2016, pp. 15-16) chamando nossa atenção para dizer que “merece realce também o fato de que o ECA assegura às crianças e aos adolescentes o direito ao acolhimento (institucional e familiar)” asseverando que o ECA “prevê que ‘acolhimento’ significa, entre outros predicados, o respeito à identidade cultural e étnica da criança.” (grifos do autor).

Percebe-se, inevitavelmente, que há um componente racial importante nestas ações, pois é sabido que entre as crianças que estão em instituições de acolhimento, as crianças negras são, de longe, a grande maioria. Consultando os dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), atualizados no dia 14 de dezembro de 2021, verifica-se que existem 29.455 crianças acolhidas no Brasil. Desse total, 4.466 são brancas (15,2%); 7.104 (24,1%) são pardas; 2.149 (7,3%) são pretas e 133 (0,5%) são indígenas. O que mais nos chama a atenção é que 15.557 (52,8%) cadastros não constam a informação sobre a cor/raça/etnia dessas crianças. Se considerarmos as proporções dos dados informados em relação aos não informados, poderíamos dizer que há aproximadamente 30% de crianças negras entre esses 52% onde o dado sobre a raça/cor/etnia não aparece. Ainda assim, mesmo com a ausência dessa informação, podemos perceber que a quantidade de crianças negras (considerando os parâmetros do IBGE sobre a unificação de pretos e pardos que correspondem a negros) ultrapassa o dobro de crianças brancas, números consolidados em 9.253 (31,4%) de crianças negras e 4.466 (15,2%) de crianças brancas.

Para nos ajudar a pensar sobre essa realidade, a professora Magali Almeida (2020, p. 13) afirma categoricamente que “racismo é maus-tratos” e chama a nossa atenção para a prevalência de “uma política racial deliberada de embranquecimento e negação do legado africano e afro-brasileiro como valor humano e civilizatório”. Acrescenta ainda que “Nossas crianças e adolescentes negras/os em situação de acolhimento ou que moram na rua são invisíveis, mesmo sob a ótica dos organismos progressistas”.

Eurico (2020) nos apresenta uma reflexão sobre o racismo na infância, especialmente nos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes (SAICAS), na cidade de São Paulo/SP que precisamos destacar.

[...] resultados da pesquisa apontam a presença dos efeitos deletérios do racismo na constituição da subjetividade das crianças em situação de abrigamento, a imposição de beleza eurocêntrica e o despreparo das equipes para a realização de um projeto de educação para as relações étnico-raciais. (ALMEIDA, 2020, pp. 12-13)

Os dados da sua pesquisa revelam um sistema de violações de direitos de crianças e adolescentes que extrapolam os muros, ou grades em alguns casos, das instituições de acolhimento. Apontam que há uma série de violações que antecedem a situação de acolhimento. Famílias negras, pobres e periféricas são violentadas

cotidianamente pelas forças de segurança pública, pelas instituições judiciárias. Sob o falso argumento de negligência, atrocidades são cometidas diariamente contra trabalhadoras/es, mães e pais pretos/as, pobres e periféricos/os. Frequentemente este argumento é utilizado para camuflar o processo de criminalização dos pobres, na sua maioria pretos/as, fator que é utilizado para, por meio de ações oficiais, promover o rompimento dos vínculos familiares. A violência tem sido uma constante nas respostas estatais às situações de extrema pobreza que assola o país afora.

É mister pensar que, quando o grupo familiar tem prejudicada sua capacidade protetiva, o afastamento da criança e do adolescente surge como resposta adequada a resolver um problema que é ao mesmo tempo particular e universal, porque várias crianças /adolescentes espalhados pelo país vivem em situações semelhantes. (EURICO, 2020, p. 96)

O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA/2021) aponta que em 14 de dezembro de 2021 existiam 4.074 crianças disponíveis ou vinculadas para adoção. Desse total, 680 (16,7%) são pretas; 2.204 (54,1%) são pardas; 1.115 (27,4%) são brancas; 19 (0,5%) indígenas e 43 não informada (1,1%). Utilizando os parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em que a junção entre pretos e pardos totaliza o número de negros, podemos concluir que no SNA (dezembro/2021) mais de 70% (2.884) das crianças que estão disponíveis ou vinculadas para adoção são negras, enquanto um pouco mais de 27% (1.115) são brancas. Silveira (2005) nos mostra que essa realidade de permanência de crianças negras por mais tempo, bem como o número excessivo de crianças negras em relação às crianças brancas nas instituições de acolhimento, não é algo novo e que provocam discussões importantes culminando em alterações nas legislações específicas, é o caso da Lei 12.010/2009 citada anteriormente que altera o ECA e uma dessas alterações é a previsão em lei de campanhas de estímulo à adoção inter-racial entre outras.

Ao prever campanhas de estímulo à adoção inter-racial⁶, o ECA reconhece legalmente a existência de racismo contra crianças negras. Para Silva-Júnior (2016) “A lei reconhece, explicitamente, que há rejeição a crianças negras em processos de adoção, razão pela qual institui uma política pública de ‘estímulo’, digamos assim, à adoção inter-racial.” (grifos do autor). Mas alerta que “esse reconhecimento não é

⁶ Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento: VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

conectado com a proibição de discriminação, violência, crueldade e opressão, a diretriz de intervenção preventiva e especialmente com a noção de maus-tratos e o papel atribuído ao Conselho Tutelar”.

No campo da adoção, Silveira (2005) nos oferece uma contribuição de extrema relevância para pensarmos o racismo no campo sociojurídico com seus estudos pioneiros sobre adoção de crianças negras no Brasil. Apontando que a cor da pele se apresenta como um importante dificultador do acesso das crianças negras ao direito à convivência familiar adotiva. Ela faz uma reflexão sobre as particularidades do racismo no Brasil, que foi forjado sob a égide do assim chamado mito da democracia racial e suas implicações na vida cotidiana de crianças negras, especialmente no que se refere ao seu abandono, a sua institucionalização e a sua adoção.

No transcorrer de minha vida profissional como assistente social no campo da justiça infanto-juvenil, percebi que crianças e jovens não são adotados em razão de serem negros. Apesar da constatação do abandono pela autoridade judiciária, esse segmento da sociedade é o que menos chances têm de ser inserido em uma família. (SILVEIRA, 2005, p. 17)

A autora aborda a questão das desigualdades entre classes e grupos raciais decorrentes da concentração de poder e da riqueza nas mãos de uma minoria, aliada à discriminação racial. Apresenta o perfil do adotando, os assemelhados na ordem das preferências, o sistema de colocação de crianças negras em lares estrangeiros, a inserção de crianças em famílias brasileiras, o perfil das crianças adotadas e os indicadores da não inserção de crianças negras em lares adotivos.

CONCLUSÃO

Fazer a interlocução entre racismo e maus-tratos na perspectiva do ECA buscando estabelecer uma conexão com as instituições de acolhimento e os processos de adoção de crianças negras a partir de estudos pioneiros que versam sobre o racismo na infância nos mostra a dimensão do desafio que temos pela frente. Falar sobre racismo no Brasil é falar sobre o processo nefasto de colonização e de escravização dos povos negros que foram sequestrados de África para o Brasil, um dos maiores receptadores de negros e último país do mundo a abolir a escravidão.

O racismo, nas suas mais variadas expressões e configurações, tem sido frequentemente utilizado para controlar, conter, prender e exterminar a população

negra brasileira, especialmente jovens e periféricos, culminando no expressivo genocídio constatado no nosso país. Resultando nos altos índices de encarceramento e de homicídios desse segmento populacional, refletindo na violação dos direitos das crianças e adolescentes que têm sido cada vez mais institucionalizados e sofrendo maus-tratos os mais diversos.

Infere-se, a partir das análises críticas e discussões refletidas e elencadas neste artigo que, de fato, há uma correspondência íntima entre racismo e maus-tratos contra crianças e adolescentes negras/os. Que há um amálgama entre ambos. Que nos maus-tratos contra as crianças negras há uma motivação que também é racial, que é racista. Tratar os maus-tratos contra crianças negras como racismo é fundamental para que busquemos estratégias de, se não eliminar, ao menos diminuir o racismo que está presente na estrutura social, nas instituições, mas também nas nossas ações quando crianças e adolescentes são afetadas/os direta ou indiretamente pelas nossas intervenções. Estabelecendo o cumprimento das diretrizes e orientações previstas no ECA para a defesa dos direitos e garantias fundamentais e priorizando, de fato, as crianças do nosso país, especialmente as crianças negras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva. Prefácio. In: EURICO, Márcia Campos. *Racismo na Infância*. São Paulo: Cortez, 2020. p. 9-13.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Selo Sueli Carneiro e Jandaíra, 2021. 264 p. (Feminismos Plurais).

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Pesquisa do CONANDA aborda crianças em situação de rua*. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/conanda/migrados/pesquisa-do-conanda-revela-as-condicoes-de-vida-de->. Acesso em: 14 jun. 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Sistema Nacional de Acolhimento: crianças disponíveis ou vinculadas para adoção. crianças disponíveis ou vinculadas para adoção*. 2021. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=68b8631d-d2f5-4ea1-b05a-b0256c5fb581&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=clearall>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização*. 2017. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. 2019. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência*. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. *Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. *Lei Nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em: 9 jun. 2022.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. 190 p. (Consciência em Debate)

EURICO, Márcia Campos. *Racismo na Infância*. São Paulo: Cortez, 2020. 175 p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 256 p.

JESUS, Carolina Maria de. (1914-1977). *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.

Katalysis, Florianópolis, v. 10, n. Especial, p. 37-45, jan. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, sec. xix*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. 379 p. (Coleção Histórias do Brasil).

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 5. p. 137-176.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 2018. ed. São Paulo: Contexto, 2018. 444 p.

REINA, Eduardo. *Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2019. 302 p.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Abril Cultural | Brasiliense, 1984. 82 p. (Primeiros Passos).

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 4. p. 107-136.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 513 p.

SILVA JÚNIOR, Hédio; TEIXEIRA, Daniel (org.). *Discriminação racial é sinônimo de maus-tratos: a importância do ECA para a proteção das crianças negras*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), 2016. 119 p.

SILVEIRA, Ana Maria da. *Adoção de crianças negras: inclusão ou exclusão?* São Paulo: Veras, 2005. 142 p. (Núcleos de Pesquisa, n. 8).

TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 287-296, Maio/Agosto, 1995. Bimestral.

UNICEF (Brasil). *Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil*. 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 14 jun. 2020.



Capítulo 5
CAPOEIRA, GÊNERO E RAÇA: DIÁLOGOS E
TENSÕES NA FORMAÇÃO DE MULHERES
NEGRAS COMO MESTRAS
Tais de Almeida Costa

CAPOEIRA, GÊNERO E RAÇA: DIÁLOGOS E TENSÕES NA FORMAÇÃO DE MULHERES NEGRAS COMO MESTRAS

Tais de Almeida Costa

Afiliação institucional: Universidade Federal Fluminense

E-mail: taisagbara@gmail.com

ORCID: 0000-0002-5670-9284:

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1082696389708753>

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se como recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, iniciada no ano de 2021 como tentativa de convocação para a produção de discussões que considerem a Capoeira não apenas como uma atividade física desportiva, mas, como manifestação cultural identitária que está entrelaçada às relações étnico-raciais e aos estudos de gênero desde o seu aspecto histórico, até suas representações contemporâneas na política e na mídia, nos mais variados níveis.

A partir de dúvidas e incômodos que me acompanham há algum tempo, a Capoeira vivida por mim, transformou-se em mais do que uma prática. Talvez por isso a “demora” em me debruçar cientificamente a fim de querer compreendê-la melhor, me possibilitando pensar com mais cuidado, com mais tempo, ampliando as noções e as experiências que até então eram predominantemente empíricas, e agora, com maior fundamentação, contar e (en)tramar outras histórias de formação com a Capoeira além das minhas.

VOCÊ TEM FAMA DE BOA JOGADORA E ESSE CONVITE EU NÃO VOU RECUSAR...

A oportunidade para trocas, conversas sobre os problemas em comum e do cotidiano feminino como capoeiristas vieram em função do isolamento de prevenção

ao contágio do coronavírus, em 2020, quando fui convidada a participar de um coletivo virtual de mestras e contramestras residentes no estado do Rio de Janeiro e integrantes de diversos grupos (escolas de Capoeira), que se formou no whatsapp bem no início da pandemia e depois de alguns meses também passar a fazer parte de outro coletivo de mestras e contramestras denominado *Capoeira pelo mundo*, igualmente virtual.

Ter acesso a esses grupos têm me permitido conhecer histórias de vidas e trajetórias na Capoeira de algumas mulheres que fizeram do isolamento uma possibilidade de adquirir e trocar novos conhecimentos musicais, históricos, de movimentos e encorajamento que antes não encontrávamos entre nós. Em uma tentativa de apoio mútuo e reconhecimento de capoeiristas que estão há tanto tempo desenvolvendo trabalhos com a Capoeira, mas sem a repercussão alcançada pelos homens. Este movimento virtual parece fortalecer a ideia de que ao voltarmos a frequentar eventos e rodas presenciais, possamos nos tratar como parceiras e admiradoras dos trabalhos umas das outras e não mais como mulheres em disputa, como nos fizeram acreditar.

Pensar sobre as maneiras como eu e tantas mulheres que tentaram/tentam se estabelecer nessa manifestação foram “ensinadas”, tem me possibilitado levantar algumas questões, que vêm se apresentando como possíveis problemas de pesquisa.

Sou alertada pelas companheiras de estudos que é desse lugar que eu devo pensar e escrever, aliás é somente deste lugar que eu posso falar sobre algo que me move e está entranhado em mim por tantos anos, sob diferentes aspectos, dada a multiplicidade de fenômenos que a envolvem. Me esforçando para não passar por cima daquilo que ainda não tinha sido capaz de ver, estou aos poucos constituindo minha versão do que está sendo possível encaminhar sobre a importância de mestras negras na Capoeira que lideram seus próprios grupos.

Entrei para o doutorado ainda perdida, mas com o desejo de discutir sobre como a Capoeira contribuiu para reforçar o meu sentido de negritude, e como ela atua no processo de construção/reforço da negritude de capoeiristas que ensinam a arte, levando em consideração suas experiências e saberes nos diferentes espaços-tempos, por diferentes metodologias e identificações raciais. A desigualdade de gênero na Capoeira não foi pensada inicialmente por mim como um problema de pesquisa, mas eu sabia que ela apareceria em algum momento da escrita, já que me identifico como uma mulher cis e também sujeito deste estudo, mas não pretendia (ou

não queria) me aprofundar, não estou livre dos reflexos do patriarcado em minha maneira de ser e pensar.

Para muitas pessoas que já me viram jogar Capoeira, meu jogo é qualificado como afrontoso para a minha estatura e principalmente por eu ser mulher. Ao longo de sua história, a Capoeira sempre foi considerada e vista pela sociedade como uma manifestação majoritariamente masculina, na qual até bem pouco tempo, a presença das mulheres estava vinculada somente a espectadoras ou no máximo fazendo parte do coro, atrás dos instrumentos. Efeitos do machismo, do qual a Capoeira não está livre, uma vez que ele é estrutural, tanto quanto o racismo e em nossa sociedade perpassa todos os lugares e espaços.

Por essa razão, diversas vezes fui mal interpretada e chamada de abusada, por diferentes homens com os quais já joguei. Ao longo de vinte e tantos anos inserida na Capoeira, a maior parte foi participando com meninos, pouquíssimas meninas que começaram na mesma época que eu e até as que começaram depois, permaneceram. Por parte de meu mestre, nunca houve distinção entre mim e os meninos em relação aos treinamentos, eu era cobrada fisicamente do mesmo modo que eles, inclusive sendo sempre estimulada a tentar alcançar o mesmo “nível”, sem me deixar intimidar pela força masculina, visto que em muitas situações a técnica pode se sobrepor à força. Muitas vezes era através desse padrão que eu me sentia “respeitada”, ouvindo elogios à minha forma de jogar, sendo associada ao jogo dos homens. “Ela joga bem, joga igual homem”; “Não dá mole no jogo”; “Joga pra dentro”. No entanto, não sei mensurar até que ponto essa didática foi boa para mim e para tantas outras capoeiristas com as quais venho tendo a chance de saber sobre suas vidas e que relataram situações de aprendizado muito parecidas com essas.

Não estranhar os modos de como minha feminilidade e de tantas outras foi anulada dentro da Capoeira ao longo desse tempo, diz sobre uma questionável ideia de equidade entre homens e mulheres, segurança e superioridade entre mulheres que jogariam “mais” e outras que jogariam “menos”. Me destacar pelo vigor, pela força, pela técnica, algo que era estimulado em mim e aceito numa busca de querer estar entre “as melhores” e ao mesmo tempo acreditar que essa era a forma ideal de ensinar, livre de discriminação entre meninos e meninas.

No grupo de Capoeira em que comecei e cheguei até a corda azul (graduada⁷), o viés desportivo e conseqüentemente os campeonatos, sempre foram muito valorizados. Muitas/os capoeiristas adotando estilos de vida de atletas de alto nível, com reconhecimento pela quantidade de troféus conquistados. Campeonato brasileiro, mundial e outros campeonatos menores que possibilitavam uma visibilidade almejada pela maioria das/os jovens integrantes do grupo e obviamente por mim também. Em uma época que nem havia divisão de categoria entre homem e mulher, eram jogos mistos, nos quais para uma mulher ser campeã era preciso “jogar igual aos homens”.

Até o momento de escrita do projeto para o doutorado, como já dito anteriormente, discutir gênero na Capoeira não era uma questão para mim. Diante de uma posição confortável, às vésperas de me formar mestra de Capoeira, eu já havia assumido uma postura de "não precisar provar mais nada a ninguém quanto ao jogo". Mas o jogo da Capoeira está em mim, mesmo fora das rodas. E durante uma orientação coletiva sem a presença de meu orientador, fui chamada ao pé do berimbau por cada uma das companheiras de estudo, mesmo elas não sendo capoeiristas. E foram elas quem definiram o ritmo, fizemos jogos no toque do São Bento Pequeno (Toque no qual o jogo serve tanto para alunas/os como para formadas/os, têm a característica de ser um jogo mais objetivo, podendo ser rápido, malicioso e acrobático, onde a criatividade da/o capoeirista aparece a todo momento através das variadas situações de jogo, este é um dos toques mais comuns entres as/os capoeiristas e normalmente é cantado em ritmo médio). Sem brigas, mas fazendo esforço para tentar soltar o jogo, predominaram os jogos "amarrados", elas perguntavam e eu tentava dar uma resposta imediata, sem deixar amadurecer e principalmente compreender o porquê estava sendo questionada, provocações que me desafiaram a pensar a respeito de tudo que já vivi e vivo na Capoeira, questões produzidas por elas, mas baseadas em falas minhas, falas despreocupadas por achar que minha pesquisa seria sobre o que me trazia conforto, e como se alguém tivesse parado o pé bem pertinho do meu rosto com um martelo⁸. Fui vendo entrar na

⁷ De maneira geral, essa é a fase onde a/o capoeirista consolida seu compromisso com a capoeira. Essa graduação exige da/do capoeirista conhecimento sobre os aspectos históricos, culturais e técnicos da capoeira.

⁸ Golpe de linha aplicado estando em pé, a perna de trás sobe lateralmente, flexionada depois estende-se para atingir o adversário. Também pode ser aplicado com uma mão apoiando-se no chão, onde a mão que vai ao chão é a oposta à perna que aplica o golpe.

roda/pesquisa as questões de gênero que passam não só por mim, mas também por cada mulher que se aventura a treinar e jogar Capoeira.

Estudar gênero é algo que me está sendo exigido e oportunizado a partir das demandas e reflexões que têm surgido não só no grupo de pesquisa, mas também em um momento que pode se considerar como de transição na Capoeira, especialmente onde um número significativo de mulheres estão sendo formadas e reconhecidas oficialmente por seus pares como mestras.

Mas vale ressaltar que a oficialização de um título para as mulheres não garante mudanças na ideologia ainda predominante na Capoeira acerca de pensamentos e comportamentos racistas e sexistas, visto que esses são apenas sintomas de como nossa sociedade foi e está estruturada. As novas leituras, as observações sobre determinados acontecimentos em eventos, rodas de Capoeira, redes sociais e também nos grupos de mulheres capoeiristas no whatsapp, têm me levado à reflexões que me ajudam compreender as complexidades que nos constituem como mulheres, mulheres negras, mulheres capoeiristas em seus modos de sobrevivência e legitimação de suas condições de liderança na Capoeira, interseccionalidades que também passam pela minha história de vida.

APORTE TEÓRICO

Patrícia Hill Collins (2015) sugere que nós, estudiosos do campo das ciências sociais, precisamos de novas categorias de análise que incluam raça, classe e gênero como estruturas de opressão distintas, mas imbricadas.

Enquanto raça, classe e gênero como categorias de análise são fundamentais para nos ajudar a entender as bases estruturais de dominação e subordinação, novas maneiras de pensar desacompanhadas de novas maneiras de agir oferecem possibilidades incompletas de mudanças (COLLINS, 2015, p. 16).

Para uma maior compreensão sobre essas análises, a autora traz a *interseccionalidade*, conceito muito caro ao feminismo negro, que é o estudo das sobreposições de identidades, sistemas de opressão, dominação e discriminação. Ela alerta que, para “além disso, nós temos que ver as conexões entre essas categorias de análise e as questões pessoais de nosso dia a dia, particularmente na

nossa construção de conhecimento, no nosso ensino e nas nossas relações”(Ibidem, p.16).

Tanto o racismo quanto o sexismo e o elitismo podem ser concretamente localizados nas diversas instituições. No entanto, ainda é comum de se ver as ações na dimensão institucional de opressão sendo frequentemente, disfarçadas com reivindicações de igualdade de oportunidades, quando na verdade raça, classe e gênero posicionam mulheres brancas, mulheres não brancas, homens negros, homens brancos, mulheres negras e outros grupos em nichos institucionais distintos, que têm graus variados de punições e privilégios. “O racismo assegurou que a população negra continuaria a servir a população branca e a sofrer a exploração econômica por suas mãos” (Collins, 2015, p. 22).

É importante salientar que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes especificamente no Brasil, fica nítida a desigualdade de gênero. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres negras (pretas e pardas). “O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente” (GONZALEZ, 2011, p. 19).

Situações de apagamento, inferiorização e silenciamento de mulheres na Capoeira ainda são muito frequentes. Há bem pouco tempo, essa era a conduta considerada “normal” entre capoeiristas de ambos sexos, difícil de ser percebida. Poucos ainda são os questionamentos e aprofundamentos sobre histórias antigas de mulheres na Capoeira, as negras menos ainda, assim como sempre se ouviu falar dos mestres. Na citação que trago abaixo, da tese sobre a *ginga feminista angoleira* da pesquisadora e capoeirista Raquel Gonçalves Dantas, é possível identificar, a assimetria nas relações entre gênero e raça, disfarçadas de tradição.

Majoritariamente masculina, a capoeira se apresenta como uma prática dominada por homens, responsáveis por preservar e perpetuar a dita “tradição”. Se, nas últimas décadas, ela foi ocupada também por brancos, raça estruturalmente dominante, produtora de opressões, como livrar-se da reprodução da misoginia do patriarcado e do racismo colonial moderno? As relações de poder no interior da capoeira também reproduzem práticas racistas, sexistas e opressoras. Como a capoeira perpetua o legado de resistência e libertação inserida nesta complexa malha das relações de poder? (DANTAS, 2020, p.144).

A negação sobre a presença e permanência do racismo e do sexismo no ambiente da Capoeira parece ser o ponto de conforto para algumas pessoas que

continuam se comportando nas rodas e eventos quase da mesma maneira de quando a Capoeira teve seu início, independentemente do tempo que possuam de prática, e muitas vezes se apoiando no argumento de manutenção das “tradições” da Capoeira. Homens que não se reconhecem no lugar de privilégios e tiram proveito da hierarquia que caracteriza a manifestação e mulheres que reforçam tratamentos hostis para com outras, resistindo negativamente aos debates e reflexões que poderiam diminuir as desigualdades que afetam as mulheres mantendo-as como menos importantes nas rodas, batizados, apresentações.

Eliane Glória dos Reis da Silva (2018) em sua pesquisa de doutoramento sobre mestras de Capoeira do Grupo Capoeira Brasil analisa:

A diferença de gênero não pode ser reduzida simplesmente às diferenças sexuais. A sociedade fomenta, culturalmente, essas diferenças desde a infância, reproduzindo valores sociais, históricos, políticos e culturais que reforçam a desigualdade entre mulheres e homens. Scott (1995) explicita que o uso do termo “gênero” surgiu no movimento feminista norte-americano, o qual, originariamente, visava estabelecer as distinções com fundamentos no sexo, indicando as construções socioculturais sobre os papéis cristalizados atribuídos aos homens e às mulheres a partir de relações de poder. Pode-se pensar o gênero como uma organização da diferença social (ALTMANN, 2002). Assim sendo, esse conceito propõe o rompimento com o argumento da existência de uma essência masculina e feminina natural e imutável, além de relacionar-se com outras categorias, tais como: classe social, etnia/raça, religião, idade e orientação sexual (SILVA, 2018, p. 42) .

Parafraseando Collins, 2015, concordo que é preciso levar em conta a diversidade na nossa construção do conhecimento, no nosso ensino e no nosso dia a dia, que nos oferece um novo ângulo de visão nas interpretações de realidades pensadas como naturais, normais e “verdadeiras”. Além disso, ver as imagens de masculinidades e feminilidades como simbolismo universal de gênero, ao invés de vê-las como imagens simbólicas que são específicas de raça, classe e gênero, faz com que as experiências de pessoas negras e de mulheres não brancas, muitas vezes sejam invisíveis. Uma maneira de desumanizar uma pessoa ou um grupo é negar-lhes a realidade de suas experiências.

PROBLEMA DE PESQUISA

- Como a Capoeira contribuiu para formar o meu sentido de negritude e de (não) ser mulher na roda?

- Por que apesar de já ter sofrido e visto tantas covardias de homens contra mulheres em rodas de Capoeira, eu nunca tinha pensado em escrever sobre isso?
- Por que naturalizei por tanto tempo o estereótipo da capoeirista guerreira e valente?
- Como me abrir para tentar ver um outro lado de algo no qual eu já construí tantas certezas?
- Como essa paixão pela Capoeira me afeta no fazer de uma pesquisa com o cotidiano?
- Por que tão poucas mulheres chegam à condição de mestras, quantas dessas são negras?
- Como mulheres negras que são reconhecidas e formadas mestras de Capoeira conseguiram resistir e permanecer atuando até hoje?

METODOLOGIA

O trabalho apresentado relaciona-se a uma proposta de investigação e sobretudo de reflexão sobre a conjuntura gerada na vida cotidiana de mestras capoeiristas negras, envolvendo os diversos processos educativos que foram/são desenvolvidos como uma educação não formal pautada a partir de múltiplos saberes.

Assim disposto, este estudo se insere no campo da Educação, com referências e inspirações nos Estudos do Cotidiano e na Educação Popular, Estudos de Gênero, Feminismo Negro, Pesquisas Narrativas e Auto-biográficas dando destaque às complexidades humanas e considerando a subjetividade implicada às experiências e às histórias de vida como processos de formação na Capoeira. Contudo, os possíveis aspectos negativos e a imprevisibilidade que a pesquisa está/estará sujeita, também serão assumidos como risco, mas especialmente abordados e descritos ao longo da sua construção, apontando os “caminhos” percorridos e os percalços que enriquecem a experiência.

Acreditando em uma metodologia que vai sendo construída ao longo de todo o processo da pesquisa pelos sujeitos que a compõem (eu sou uma delas) e pelas/os pensadoras/es que me ajudam nos processos de ler, escrever, escutar, discutir e forçar o pensamento a pensar, me oriento pelo estudo das maneiras como as mestras capoeiristas lidam no cotidiano com situações de racismo, sexismo e outras

produções de desigualdades dentro da capoeira, a partir de suas “práticas comuns e maneiras de fazer” (Certeau, 1998), dos acontecimentos e das experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta a fase em que a pesquisa se encontra, de pré-qualificação, este trabalho aponta para os processos de formação de mestras negras capoeiristas. A fim de compreender e verificar de que maneira as perspectivas apresentadas têm contribuído ou não para uma efetiva atenção às temáticas racial e de gênero dentro da Capoeira, visando a superação dessas desigualdades a partir da criação de uma rede e da consideração dos sujeitos envolvidos, suas expectativas, seus saberes, seus movimentos e fluxos sugerindo possibilidades, como algo aberto ao que vem e não como algo definitivo e já sabido. Assim, pensando na rede como algo fértil de viabilidades, de resultados ainda não precisos, mas que certamente acrescentarão nas contingências de formação no sentido amplo e de enfrentamento das questões que me desafiam.

REFERÊNCIAS

- ACORDI, Leandro Vieira. **Memória e Experiência**: elementos de formação do sujeito da capoeira. 298 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, 2009, Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92628>. Acesso em: 02 jun, 2022.
- BRITO, Valmir Ari. **A (in)visibilidade da contribuição negra nos grupos de capoeira em Florianópolis**. 101 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102639>. Acesso em: 13 jun 2022.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COSTA, Tais de Almeida. **Que corpo é o meu?** A construção das representações corporais de alunos do 5º ano do ensino fundamental do município de Nova Iguaçu. 108 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural

do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:
<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2028>. Acesso em: 10 mar, 2021.

DANTAS, Raquel Gonçalves. **Corpo-comunicação**: um estudo sobre a ginga feminista angoleira. 276 f. (Tese de Doutorado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social, 2020). Disponível em: [BDTD: Corpo-comunicação: um estudo sobre a ginga feminista angoleira \(uerj.br\)](#)

FRIGERIO, Alejandro. **Capoeira**: de arte negra a esporte branco. Revista Brasileira de Ciências Sociais Nº 10 Vol. 4 Junho/1989. Disponível em:
https://pdfslide.net/documents/_alejandro-frigerio-capoeira-de-arte-negra-a-esporte-branco.html Acesso em: 15 jun, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA**. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (Comp.). **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Brasília: Ciências Sociais Hoje, 1983. p. 223-244. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%>

LARROSA, Jorge. **Tremores**: Escritos sobre a experiência. Tradução Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi - 1. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. – (Coleção Educação: Experiência e Sentido).

MOREIRA, Jorge Felipe Fonseca. **Da Navalha ao Berimbau**: A Malandragem no Imaginário da Capoeira Carioca. 2011. 196 f. (Tese de Doutorado). Programa de pós-graduação em Educação Física - Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro-RJ, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: Usos e Sentidos. 3. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012 – (Coleção Cultura Negra e Identidades).


REIS, Letícia Vidor de Sousa. O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil. 3. ed. – Curitiba: Editora CRV, 2010.

SANTOS, Valdenor Silva dos. **A roda de capoeira e seus ecos ancestrais e contemporâneos**. 180 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/122181/a-roda-de-capoeira-e-seus-ecos-ancestrais-e-contemporaneos> Acesso em: 04 jun, 2021.

SILVA, Eliane Glória dos Reis da. **As mestras de capoeira**: empoderamento e visibilidade. 117 f. (Tese de Doutorado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Educação Física e Desportos, 2018). Disponível em:
<https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/8203/1/Eliane%20G>.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **A formação da imagem da mulher negra na mídia**. 282 f. (Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação). Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:
http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=12.

_____ **Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil.** TRINDADE, Azoilda Loretto (Org.) **Africanidades brasileiras e educação** [livro eletrônico] : Salto para o Futuro. Rio de Janeiro: ACERP; Brasília: TV Escola, 2013.



Capítulo 6
MOTIVAÇÃO NO TRABALHO EM
AMBIENTES PRESENCIAL X HOME-OFFICE:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA
DE MONITORAMENTO 24 HORAS
Thaís Wittes da Silva
Sandra Martins Moreira

MOTIVAÇÃO NO TRABALHO EM AMBIENTES PRESENCIAL X HOME-OFFICE: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE MONITORAMENTO 24 HORAS

Thaís Wittes da Silva

Graduanda em Administração, wittes_thais@hotmail.com

Sandra Martins Moreira

Doutora em Engenharia da Produção. Professora do Curso de Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste.

Sandramoreira77@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como principal objetivo realizar a comparação nos níveis de motivação dos colaboradores de uma empresa de monitoramento 24 horas, em ambientes presencial e home-office. A pesquisa é um estudo de caso, com abordagem quantitativa, caracterizada como pesquisa descritiva. O instrumento de coleta de dados utilizado foi desenvolvido por Brandão (2014), com adaptações da acadêmica. O instrumento passou pelo processo de validação de conteúdo e análise de confiabilidade interna. Os testes foram realizados no software SPSS - Statistical Package for the Social Sciences, testes de normalidade (Kolgomorov-Smirnov), teste de confiabilidade (Alfa de Cronbach). Os principais resultados obtidos apontam que o ambiente presencial é preferível em relação ao ambiente home-office para os colaboradores, no que se refere a níveis de motivação. Foi utilizada a teoria dos dois fatores de Herzberg (1997), buscando identificar os níveis motivacionais dos colaboradores, foi possível apontar que, de modo geral, todos os fatores são influentes em termos de motivar o colaborador.

Palavras-chave: Motivação. Trabalho. *Home-office*. Presencial. Herzberg.

ABSTRACT

The main objective of this research was to compare the motivation levels of employees of a 24-hour monitoring company, in face-to face and home-office environments. The research is a case study, with a quantitative approach, characterized as descriptive research. The data collection instrument used was

developed by Brandão (2014), with adaptations by the academic. The instrument went through the process of content validation and internal reliability analysis. Tests were performed using SPSS software – Statistical Package for the Social Sciences, normality tests (Kolmogorov-Smirnov), reliability test (Cronbach's Alpha). The main results obtained indicate that face-to-face environment is preferable to the home-office environment for employees, in terms of motivation levels. The theory of the two factors of Herzberg (1997) was used, seeking to identify the motivational levels of the collaborators, it was possible to point out that, in general, all the factors are influential in terms of motivating the collaborator.

Keywords: Motivation. Work. Home-office. Face-to-face. Herzberg.

INTRODUÇÃO

Em 2020 por conta de uma crise mundial de saúde, provocada pela disseminação do COVID-19, houve, por necessidade, um crescimento, maior e mais intenso, do trabalho no ambiente *home-office*, considerando que o isolamento social como um dos poucos mecanismos disponíveis para desestimular o avanço da doença e prevenir um colapso nos sistemas de saúde mundiais (CRUZ, 2020). Contudo, para aproveitar da melhor maneira o *home-office*, tanto para empresa quanto para os colaboradores, se faz necessária adaptação, conhecimento e acesso às ferramentas certas. Dentre outros aspectos, a motivação no trabalho é um fator a ser observado com atenção.

A partir desse contexto, a problemática da presente pesquisa é: Quais os níveis de motivação dos colaboradores comparando os ambientes de trabalho presencial e *home-office* em uma empresa de monitoramento de cargas no período da pandemia COVID-2019, nos anos de 2020 e 2021? Sendo que o objetivo geral é comparar o nível motivacional no trabalho, nos ambientes *home-office* x presencial, desses colaboradores, com base na Teoria dos Dois Fatores de Herzberg. Outros objetivos são: descrever os trabalhos de monitoramento de cargas realizados em ambiente presencial e em ambiente *home-office*; identificar o perfil dos colaboradores da empresa de monitoramento de cargas que realizam trabalhos em ambiente *home-office*; identificar a motivação dos colaboradores nos dois ambientes, quando estão atuando no presencial e quando necessitam trabalhar em *home-office*.

1.1 *Home-office*

Por estar em crescimento se tornando realidade de vários profissionais de diversas empresas, o modelo de trabalho *home-office* tornou-se reconhecido como uma relação de emprego e passou a ser abrangido na legislação através da Lei nº 12.551 de 15 de dezembro de 2011, que no artigo 6º diz que: "não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego". Os pressupostos da relação de emprego são um trabalho subordinado prestado por pessoa física para uma pessoa jurídica mediante pagamento de salário. Em outras palavras, é o vínculo entre empregador e empregado.

Silva (2009) menciona que por englobar flexibilidade de espaço, tempo e comunicação, o *home-office*, ou teletrabalho, é compreendido como um modelo flexível de trabalho, pois permite que o profissional exerça suas funções em sua própria casa se utilizando de notebooks, internet, celulares e tablets, entre outros. Devido às características supracitadas esse modelo proporciona aos trabalhadores um ambiente de trabalho mais confortável, que permite horários mais flexíveis e evita o percurso de casa até o ambiente da empresa.

Ao implantar o teletrabalho ocorrem modificações significativas, tanto para a empresa que altera o modo como desenvolve suas funções, infraestrutura e controle, quanto o indivíduo com sua sociabilidade e sistema de autorregulação. Santos *et al* (2020) acrescenta que o colaborador precisa encontrar dentro de sua residência um local específico para realização de suas atividades sem fluxo de pessoas ou próximo a distrações, além de ter horários programados para a execução de suas tarefas de cunho profissional.

De acordo com Bridges (1995), todas essas transformações promovem aos trabalhadores benefícios que refletem de maneira positiva na saúde mental e física, por conseguinte, impactam na sociedade como um todo.

Como alguns dos principais benefícios para os trabalhadores que aderem essa modalidade, *home-office*, Evans (1993) aponta a redução de gastos relacionados ao deslocamento para o local de trabalho, decréscimo da necessidade da aquisição de roupas e calçados formais e diminuição na realização de refeições fora de casa. Além de elevação na qualidade de vida, devido a atenuação do estresse ocasionado

pelo trânsito e/ou transportes coletivos lotados, assim como a redução na exposição a infecções e viroses. Por estar presente em casa por mais tempo, há uma melhoria da vida familiar, diversas oportunidades para estudos, novos hábitos de trabalho são desenvolvidos quando há distância das pressões e do ambiente convencional.

Kugelmass (1996) também aponta, que assim como a redução de desgaste físico e psicológico ocasionados pelo deslocamento até o local de trabalho, conseqüentemente a possibilidade de acidentes de trânsito também diminui. Hara (2011) aponta também vantagens para a empresa, como redução nos custos de funcionamento, diminuição do espaço a ser utilizado para que ela possa alocar os colaboradores.

A autora também aponta desvantagens como um isolamento profissional, dado que o colaborador não terá a mesma relação informal com os demais colegas. Para as empresas há um aumento na dificuldade em supervisionar o trabalho realizado e realizar avaliações de desempenho, causando ao gesto certa insegurança pela própria ausência de seus subordinados (Hara, 2011).

Santos (2020) aponta que no modelo de trabalho presencial, há maior facilidade para o supervisor acompanhar as atividades realizadas e verificar as necessidades da equipe, dando suporte e apoio para resolução de possíveis problemas de forma mais rápida. No entanto em *home-office* o distanciamento é uma barreira, deste modo sendo essencial o uso de ferramentas para encurtar essa distância.

Visando fazer com que o colaborador esteja motivado para realizar seu trabalho, seja dentro ou fora do ambiente de trabalho, é necessário que seja realizado um estímulo. De acordo com Vergara (2014), o estímulo será responsável por incentivar a motivação do colaborador. Deste modo é necessário compreender quais os fatores proporcionam a motivação dos empregados.

1.2 Motivação no ambiente de trabalho

Motivação é um processo que influencia a intensidade, direção e persistência do empenho de um indivíduo para alcançar um determinado objetivo (BERNARDINO; SANTOS, 2015). Duarte, *et al* (2017) postulam que motivação significa interesse, disposição e realização de um objetivo. No ambiente de trabalho, dizer que uma pessoa é motivada se iguala a apontar que essa pessoa apresenta uma disposição positiva para realizar seu trabalho. Estando em coerência os objetivos pessoais da

pessoa, esta estará disposta a exercer níveis de esforços elevados, atendendo aos interesses da organização e visando atender os próprios simultaneamente.

Vergara (2014) por outro lado, argumenta que a empresa pode buscar estimular a motivação dos colaboradores, haja visto que a motivação em si, é algo intrínseco ao indivíduo. Wyse (2018) postula que as teorias da motivação resultam de intensivas pesquisas em organizações, que buscavam encontrar a melhor maneira para motivar as pessoas. Tais teorias são utilizadas como suporte para a eficácia dos recursos organizacionais e buscam compreender certos comportamentos adotados pelos indivíduos, identificando o que os causa. Gil (2008) aponta que a Teoria dos Dois Fatores de Herzberg está entre as mais conhecidas.

A teoria desenvolvida pelo psicólogo Frederick Herzberg ao fim da década de 50, abordou a motivação de modo diferenciado. Interrogando os profissionais da área industrial de Pittsburgh sobre o que os satisfazia e o que não satisfazia no trabalho, concluiu que os aspectos que satisfazem e os que insatisfazem os colaboradores, são muito distintos. O que levou o psicólogo a rotular como fatores de “higiene” os que causam insatisfação e fatores “motivacionais” os que ocasionam satisfação (GIL, 2008).

De acordo com Herzberg (2003) o grupo de fatores higiênicos engloba necessidades biológicas básicas, provenientes da natureza animal da humanidade. Já o conjunto de necessidade do grupo de fatores motivacionais, estando relacionado a característica humana única, envolve a capacidade de realização que propicia crescimento psicologia. Em seus estudos, Brandão *et al* (2014) utilizou a Teoria dos Dois Fatores de Herzberg (1997), cada fator foi dividido em dimensões como descrito na teoria original, sendo realização no trabalho, reconhecimento, responsabilidade, progresso e crescimento para o fato motivacional e políticas e administração da empresa, relacionamento com colegas e supervisores, condições no ambiente de trabalho, vida pessoal, status e segurança para os fatores higiênicos.

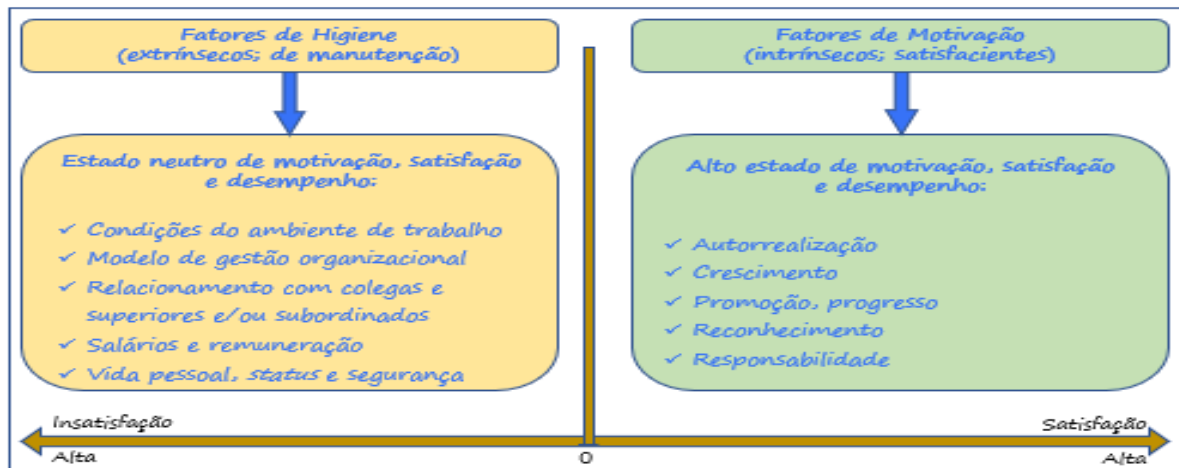
Os fatores de higiene estão ligados ao próprio ambiente contextualizado em que o trabalho é executado. Se referem aos aspectos aos quais os empregados precisam ser adaptados, englobam condições físicas e ambientais, como instalações, relação empregador e empregado, pagamentos, oportunidades de progresso profissional, em outras palavras, as condições de trabalho (RIBEIRO; PASSOS; PEREIRA, 2018). Em sua pesquisa Brandão *et al.* (2014), aponta que o indicador de relações interpessoais é de grande relevância para o estudo da motivação no trabalho.

Os motivacionais enquadram a responsabilidade do cargo ocupado, autorrealização, crescimento profissional e o reconhecimento pelo trabalho realizado (RIBEIRO; PASSOS; PEREIRA, 2018). Brandão *et al* (2014) corrobora que o progresso na carreira tem relevância nos níveis motivacionais.

É primordial que seja propiciado ao colaborador um ambiente organizacional que desperte os fatores atrelados à motivação, para que assim o ambiente permita que as atividades laborais sejam executadas de forma eficiente (HERZBERG, 1997).

Silva (2008) aponta que a Teoria dos Dois Fatores proposta por Herzberg surgiu de uma análise crítica das entrevistas aplicadas no que tange aos níveis de satisfação e insatisfação das pessoas no que se refere ao trabalho, esses níveis podem ser verificados por meio dos fatores higiênicos e motivacionais. Tais fatores podem ser verificados na figura 1.

FIGURA 1 – DOIS FATORES DE HERZBERG



FONTE: Adaptado de VERGARA (2014).

De acordo com Vergara (2014), o estudo de Frederick Herzberg focou na questão de satisfação e apontou que o comportamento das pessoas no trabalho pode ser explicado a partir de dois fatores: motivacionais e higiênicos.

Marques (2016) discursa que os fatores higiênicos operam independentemente dos fatores motivacionais. Desse modo, um indivíduo pode estar insatisfeito com seu ambiente de trabalho, ao mesmo tempo em que esteja altamente motivado em seu trabalho.

A teoria motivação-higiene sugere que o trabalho precisa ser enriquecido, de modo que proporcione o uso mais eficaz do pessoal. Esse enriquecimento promove a oportunidade de um crescimento psicológico do funcionário, enquanto o aumento do trabalho apenas torna a estrutura de trabalho maior (HERZBERG, 2003).

Diante disso, o estudo realizado por Brandão *et al.* (2014), demonstra que os níveis motivacionais podem sofrer interferência das variáveis como gênero, idade, renda, escolaridade, tempo de serviço.

1 METODOLOGIA

Esse estudo se enquadra como pesquisa quantitativa, com característica descritiva, por ter utilizado técnicas estatísticas para análise dos dados, estabelecendo correlações com as características da população investigada.

Yin (2005 apud GIL, 2008) define o estudo de caso como estudo empírico que, quando as fronteiras entre o fenômeno e seu contexto não estão definidas de maneira clara, utiliza-se de várias fontes de evidência para aproximar o tal fenômeno do seu contexto de realidade.

Nesta pesquisa, a população foi constituída pelos colaboradores de uma gerenciadora de risco do estado Paraná, que realiza o monitoramento, vinte e quatro horas, de cargas rastreadas que trafegam em todo o Brasil. O trabalho é executado todos os dias da semana, sendo que finais de semana e feriados a programação dos colaboradores acontece por escala. Devido a pandemia do Covid-19, grande parte desses colaboradores teve experiência de trabalho nos dois ambientes. O quadro de colaboradores contém 68 pessoas. Sendo 10 pertencentes ao setor comercial, vendas, análise de risco, TI, financeiro e gestão. Os outros 58 colaboradores são do setor operacional da empresa, 38 desses colaboradores realizaram trabalho em home-office no período de 2020-2021. Sendo, portanto, esses 38 colaboradores a população objetos de estudo, a amostra obtida foi de 100% da população, dado que todos os colaboradores responderam à pesquisa solicitada pela empresa.

Marconi e Lakatos (2003) definem coleta de dados como sendo a etapa na qual se inicia a aplicação dos instrumentos e das técnicas selecionadas, buscando efetuar a coleta dos dados previstos. Os dados para essa pesquisa foram coletados utilizando-se de um questionário fechado desenvolvido por Brandão (2014). O questionário é composto por 34 questões, divididas em duas partes: a primeira trata-se de identificar o perfil dos respondentes, possuindo 9 questões desenvolvidas pela própria autora da presente pesquisa; e a segunda compõe-se de 22 questões relacionadas a motivação no trabalho, sendo 11 retiradas do instrumento de Brandão (2014) e 11 questões acrescentadas por sugestão da empresa, que foram adaptadas

pela autora da pesquisa, para que ficassem no mesmo formato das afirmativas descritas por Brandão. Os respondentes expressaram o grau de concordância para cada afirmativa a partir de uma escala *Likert* de cinco pontos.

Rensis Likert (1932) desenvolveu essa escala, que possibilitou que a reação dos entrevistados em relação às variáveis fosse medida, indicando grau de discordância ou concordância, indo de (1) Discordo totalmente; (2) Discordo; (3) Indiferente; (4) Concordo; e (5) Concordo totalmente. A partir da média aritmética simples do nível de motivação de cada um dos onze indicadores, adaptou-se classificação em nível das médias de Brandão (2014) para esse estudo, sendo: baixa motivação entre 1,0 e 2,5; média motivação entre 2,5 e 3,5; e alta motivação entre 3,5 e 5,0. O quadro 1 aponta as questões relacionadas aos fatores motivacionais de Herzberg.

QUADRO 1 – AFIRMATIVAS FATORES MOTIVACIONAIS

<u>Fatores Motivacionais</u>	<u>Afirmativas</u>	
<u>Indicadores</u>	<u>Retiradas de Brandão</u>	<u>Sugeridas pela empresa / autora</u>
Realização profissional	A sensação de realização que eu tenho ao fazer o meu trabalho. Sinto-me realizado(a).	Ao final do meu dia de trabalho, tenho a sensação de dever cumprido.
Reconhecimento	A valorização que as pessoas no meu trabalho dão a mim pelo meu desempenho profissional. Sinto-me valorizado(a).	Tenho reconhecimento da chefia e dos colegas pelas atividades desempenhadas.
Atividades desempenhadas	O interesse e o prazer que sinto em realizar as tarefas que são atribuídas a mim. Gosto do que faço.	Considero que a qualidade técnica das atividades que desempenho é alta.
		A minha produtividade no trabalho é alta.
Responsabilidade	A confiança e a liberdade que meus superiores me dão para que eu possa realizar meu trabalho. Tenho liberdade para desempenhar meu trabalho.	Participo das decisões tomadas no meu setor.
Progresso	Oportunidade de desenvolvimento profissional (capacitação e crescimento na carreira). Tenho perspectivas de crescimento profissional e de ascensão no cargo.	A organização que trabalho possui bonificações por tempo de serviço e por formação concluída, como também avaliações de pleno desempenho. Estou satisfeito com esses incentivos de carreira.

FONTE: Adaptado de BRANDÃO (2014).

Considerando os aspectos de realização profissional, reconhecimento, atividades desempenhadas, responsabilidade e progresso profissional. Composto por 10 questões, sendo 5 delas retiradas do instrumento de Brandão (2014) e 5 sugeridas pela empresa, adaptadas pela autora. Os fatores higiênicos de Herzberg são apontados no quadro 2.

QUADRO 2 – AFIRMATIVAS FATORES HIGIÊNICOS

Fatores Higiênicos	Afirmativas	
Indicadores	Retiradas de Brandão	Sugeridas pela empresa / autora
Política e Administração	Regras e normas da Empresa. Gosto de como a Empresa é administrada.	Recebo suporte operacional (comunicação interna eficiente e rápida) sempre que necessário.
Supervisão da chefia	O respeito, apoio e tratamento que eu recebo de meus superiores. Sou bem tratado(a) por meu chefe.	Existe interação/comunicação direta entre o Supervisor e seus subordinados.
Condições de trabalho	A estrutura física (móveis, iluminação, banheiro, etc), equipamentos (computadores, internet, telefonia) e disponibilidade de materiais. Estão adequados para realização do meu trabalho.	O ambiente é tranquilo, permite-me concentração nas atividades desempenhadas. Consigo trabalhar sem interrupções de outras pessoas e sem misturar atividades pessoais com trabalho.
Remuneração	O salário e benefícios que eu recebo. Minha remuneração é condizente com minhas atribuições e expectativa.	Minha remuneração é adequada em relação ao mercado de trabalho local e regional.
Relações Interpessoais	O relacionamento com colegas e chefe. Tenho bom relacionamento com as pessoas do meu trabalho.	Ter contato diariamente com colegas e chefia é importante para meu desempenho no trabalho.
Segurança	Em relação a estabilidade que eu tenho no emprego. Sinto-me seguro(a) no meu emprego	As condições de trabalho proporcionam segurança para minha saúde.

FONTE: Adaptado de BRANDÃO (2014).

Os aspectos levados em consideração são as políticas e administração da empresa, condições de trabalho, remuneração, relações interpessoais e segurança profissional. São 12 afirmativas que compõem esses aspectos, das quais 6 foram retiradas do instrumento de Brandão (2014) e 6 sugeridas pela empresa e reformuladas pela autora. Também foi levantado junto ao gestor da empresa investigada, informações que permitiram descrever as funções realizadas durante o

monitoramento de cargas no trabalho presencial e no trabalho em *home-office*. Visando, deste modo, alcançar um dos objetivos traçados para essa pesquisa.

A análise de dados da primeira parte da pesquisa foi realizada utilizando estatística descritiva e cálculo de maior frequência. A segunda parte da pesquisa teve os dados tabulados com o auxílio do software estatístico Microsoft Excel e do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Técnicas estatísticas multivariadas foram utilizadas para analisar os dados tabulados, desse modo sendo identificados se os dados são paramétricos ou não paramétricos, testes para identificar diferença entre grupos e relacionar o perfil com as variáveis apresentadas. O comportamento dos dados foi analisado por meio de testes estatísticos de normalidade Kolmogorov-Smirnov (K-S), levando em consideração o índice de significância inferior a 0,05, o Alfa de Cronbach como teste de confiabilidade do instrumento. Devido aos testes serem não paramétricos, para analisar as diferenças de grupo foram utilizados os testes de *Mann Whitney* e *Kruskal-Wallis*, todos usam a mediana como base de cálculo.

A confiabilidade do instrumento foi avaliada com os testes de *Alfa de Cronbach*, apontado por Hair *et al* (2005) como um coeficiente que calcula a consistência do instrumento de coleta de dados, quanto mais próximo de 1, maior a confiabilidade das dimensões de pesquisa sendo que o limite inferior do coeficiente é aceitável entre 0,60 e 0,70, acima de 0,90 os resultados são considerados excelentes. Apresentados na tabela 1.

TABELA 1 – TESTE DE CONFIABILIDADE ALFA DE CRONBACH

Estatísticas de confiabilidade

Itens sujeitos ao teste <i>Alfa de Cronbach</i>	Ambiente		População Total	Amostra (%)
	<i>Presencial</i>	<i>Home-office</i>		
22 itens (Q 10-32)	0,925	0,853	38	100

FONTE: Elaborado pela autora com base nos resultados do SPSS (2022).

Os resultados foram 0,925 no ambiente presencial e 0,853 no ambiente *home-office*. De acordo com Hair *et al* (2005), o limite inferior aceitável ocorre entre 0,60 e 0,70, resultados acima de 0,90 são considerados excelentes.

3 RESULTADOS

Em conversa com o gestor e alguns colaboradores, foram levantadas as atividades desempenhadas no dia a dia no setor operacional. As funções realizadas pelos colaboradores da empresa estudada, no setor operacional, no cargo operador de monitoramento, são a realização do monitoramento em tempo real de caminhões que transportam cargas rastreadas de carnes, produtos farmacêuticos, combustível e derivados do petróleo, matérias-primas para indústrias, eletrônicos, alimentos, fertilizantes, entre outros diversos tipos de cargas que podem vir a ser transportados. Os clientes da empresa são transportadores de cargas ou caminhões agregados, que são motoristas que prestam serviços de transporte terceirizado para as transportadoras.

Quando o caminhão vai realizar um transporte, é necessário solicitar monitoramento para a viagem, que vai do ponto A, início da viagem, onde a carga é carregada no caminhão, até o ponto B, destino final, onde é feito o descarregamento dessa carga. É necessário cadastrar a viagem, informando o tipo de carga, quem é o motorista, de onde está saindo e para onde está indo com uma previsão de início e fim de viagem, observações sobre horários de circulação e controle de velocidade, em quais lugares pode parar o caminhão durante esse trajeto (postos de combustível e mecânicas caso haja manutenção autorizada).

O monitoramento é feito através de um software interligado aos rastreadores, que enviam os alertas para as telas dos operadores. Em tela são acompanhados os deslocamentos desses veículos, que transitam por todo o território brasileiro, com atenção à alertas de violações nos sensores oriundos dos rastreadores instalados nos veículos, como abertura de porta do carona, parada em lugares indevidos, rodar fora do horário estipulado pela transportadora, velocidade de rodagem, acionamento de botões de pânico instalados na cabine dos caminhões.

Quando ocorrem esses alertas, os operadores iniciam o processo de tratativa, enviando alertas sonoros que ativam sirenes instaladas nos veículos, comandos de bloqueio que reduzem a velocidade máxima na qual o veículo pode transitar fazendo com que esta seja reduzida à inércia ou mesmo cortando a passagem de combustível até que o caminhão pare, a finalidade dessas tratativas são instigar que o motorista realize contato com a empresa de monitoramento e com os responsáveis da transportadora, para que seja investigado o que ocasionou as violações. As tratativas

são finalizadas mediante validação das informações passadas pelo motorista com a transportadora e confirmações de senhas verbais, individuais e sigilosas, tanto do motorista quanto do responsável da transportadora.

Outra linha do trabalho que está diretamente relacionada ao atendimento aos clientes e motoristas em rota de viagem, via telefone, WhatsApp, Skype, email. Suporte de treinamento para a gestores e motoristas referente aos tipos de alertas e como são tratados. Assim como treinamentos para os gestores das transportadoras sobre como cadastrar as viagens diretamente pelo site da empresa de monitoramento e o uso das demais ferramentas utilizadas para o monitoramento. Além da própria comunicação interna entre os colaboradores por WhatsApp, Skype e de forma verbal.

Em ambiente *home-office*, a atividade de monitoramento é feita através de acesso remoto, com algumas dificuldades pela oscilação de redes de internet residenciais, a conexão era perdida, de modo que era necessário reiniciá-la. O atendimento telefônico ficou impossibilitado devido à falta de infraestrutura para o colaborador realizar o atendimento ou mesmo entrar em contato com os clientes de casa, fazendo com que essa atividade fosse repassada para outro colega que estivesse na empresa. outro ponto que a maioria das comunicações internas ocorrem verbalmente, por serem necessárias respostas imediatas, o colaborador que estava em *home-office* precisava ficar aguardando o colega ou supervisor, conforme a situação, ter disponibilidade de verificar as mensagens enviadas solicitando alguma orientação ou confirmação de informações.

Os dados coletados na Parte I, que investigava o perfil dos respondentes, as informações podem ser visualizadas na Tabela 2.

TABELA 2 – CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS RESPONDENTES

Características do perfil		Frequência	%
GENERO	A - Masculino	26	68%
	B - Feminino	12	32%
IDADE	A - De 18 a 24 anos	20	53%
	B - De 25 a 31 anos	14	37%
	C - De 32 a 38 anos	3	8%
	D - De 39 a 44 anos	1	3%
ESTADO CIVIL	A - Solteiro(a)	23	61%
	B - Casado(a)	6	16%
	C - União Estável	8	21%
	D - Divorciado(a)	1	3%

TEM FILHOS	A - Não	32	84%
	B - Sim - 1 ou 2	6	16%
MORA COM QUEM	A - Sozinho(a)	5	13%
	B - Mãe/Pai	7	18%
	C - Pais e irmãos	6	16%
	D - Cônjuge	14	37%
	E - Cônjuge e filho(s)	4	11%
	F - Outros	2	5%

(continua)

TABELA 2 – CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS RESPONDENTES

(conclusão)

ESCOLARIDADE	A - Ensino médio incompleto	2	5%
	B - Ensino médio completo	14	37%
	C - Nível superior incompleto	17	45%
	D - Nível superior completo	3	8%
	E - Especialização	2	5%
TEMPO DE SERVIÇO	A - Menos de 1 ano	7	18%
	B - Entre 1 e 4 anos	20	53%
	C - Entre 4 e 9 anos	8	21%
	D - Mais de 9 anos	3	8%
TURNO DE TRABALHO	A - Manhã - 07:00 às 15:15 horas	17	45%
	B - Tarde - 15:00 às 23:15 horas	10	26%
	C - Noite - 23:00 às 07:15 horas	6	16%
	D - Intermediário/Checklist - (09:00 às 19:48 / 10:00 às 20:48 / 08:00 às 17:18)	5	13%
RENDA MENSAL (salário+vale alimentação bonificações)	A - Até R\$ 1.500,00	2	5%
	B - Entre R\$ 1.501,00 e R\$ 2.000,00	6	16%
	C - Entre R\$ 2.001,00 e R\$ 2.500,00	16	42%
	D - Entre R\$ 2.501,00 e R\$ 3.000,00	8	21%
	E - Mais de R\$ 3.000,00	6	16%

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

A análise do perfil dos 38 respondentes revelou que a maioria corresponde a homens (68%), entre 18 e 24 anos (53%), solteiros (61%), moram com o cônjuge (37%), nível superior incompleto (45%), tempo de serviço entre 1 e 4 anos (53%), trabalhando no turno da manhã – das 7:00 às 15:15 horas – (45%), e renda mensal média entre R\$ 2.501,00 e R\$ 3.000,00 (42%).

Devido à empresa não necessitar de experiência prévia, pois fornece treinamento para os novatos 53% dos colaboradores são jovens no primeiro emprego, entre 18 e 24 anos. Dada a maioria ser dessa faixa etária, pode explicar o porquê de

as maiores porcentagens condizerem aos solteiros, nível superior incompleto e com tempo de serviço entre 1 e 4 anos.

A média geral considerando os ambientes de trabalho, apontou maior média no ambiente presencial sendo 4,2, enquanto o ambiente *home-office* apresentou média 3,8. O teste de *Wilcoxon* para a amostra apresentou $p < 0,001$, que significa que existe diferença significativa entre os dois ambientes, conforme Tabela 3.

TABELA 3 – MÉDIA GERAL AMBIENTES PRESENCIAL X HOME-OFFICE

Ambiente	N	Média	Valor de P	Valor de Z
Presencial	38	4,2816	0,000	-4,071
<i>Home-office</i>	38	3,8789		

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Nesse aspecto compreende-se que, de forma geral, o trabalho presencial se sobressai ao trabalho em ambiente *home-office*. O ambiente presencial apresentou média 4,2, enquanto a média do ambiente *home-office* foi 3,8, apresentando diferença média significativa com valor de $p < 0,001$, em ambos os ambientes o nível de motivação foi classificado como alta motivação, por ser acima de 3,5. Desse modo pode-se entender que, embora as duas médias estejam acima de 3,5 e sejam consideradas como alto nível de motivação, os colaboradores se sentem mais motivados no ambiente presencial.

No que tange aos fatores higiênicos e motivacionais em ambos os ambientes, as médias gerais podem ser vistas na Tabela 4.

TABELA 4 – MÉDIA GERAL FATORES DE HERZBERG

Fatores	N	Média	Valor de p	Valor de Z
Higiênicos	38	4,0971	0,910	-0,113
Motivacionais	38	4,0711		

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com Marques (2016), os fatores higiênicos e os fatores motivacionais, operam independentemente um do outro. No entanto, os resultados do presente estudo apontam valor de $p > 0,05$, indicando que as médias têm semelhanças entre os dois fatores, ou seja, não tem diferença ente os fatores, um fator não sobressai ao outro.

A partir dos fatores higiênicos e motivacionais, foram feitas as análises dos indicadores de cada fator. As médias dos indicadores dos fatores higiênicos são

apresentadas na Tabela 5, os indicadores supervisão da chefia, remuneração e relacionamento apresentaram $p < 0,05$ e política e administração apresentou $p < 0,001$.

TABELA 5 – MÉDIA GERAL INDICADORES – FATORES HIGIÊNICOS

Fatores Higiênicos				
Indicadores	Presencial	Home-office	Valor de P	Valor de Z
Política e Administração	4,3684	3,8158	0,000	-3,771
Supervisão da Chefia	4,2237	4,0132	0,034	-2,116
Condições de Trabalho	4,3684	3,8158	0,003	
Remuneração	4,4079	4,2237	0,080	
Relacionamento Interpessoal	4,3026	3,9474	0,013	
Segurança	4,0113	3,9842	0,592	
Fatores Higiênicos			Valor de p (teste T)	
Média Geral	4,2392	3,9537	0,002	

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Pode-se notar que nos dois ambientes as médias classificam-se como nível alto de motivação, estando todas acima de 3,5. No entanto, as médias no ambiente presencial são mais altas que as do ambiente *home-office*. O indicador de remuneração apresentou as médias mais altas nos dois ambientes, sendo que no presencial apresentou 4,4 e no *home-office* 4,2 indicando que a remuneração tem grande influência na motivação dos colaboradores. O indicador de segurança apresentou a menor média no ambiente presencial 4,0, provavelmente por ser uma atividade que exerce pressão psicológica nos colaboradores, demandando bastante atenção deles ao realizar diversas funções simultaneamente, fazendo com que a percepção deles de segurança em relação à saúde não esteja adequada às funções.

No ambiente *home-office*, as médias com níveis de motivação mais baixos se referem aos indicadores de condições de trabalho e política e administração da empresa, com 3,8, indicando que os colaboradores entendem que a infraestrutura no ambiente *home-office* não esteja tão adequada quanto a do ambiente presencial para a realização das atividades e em parte isto pode ser devido à política e administração da empresa de não investir em tecnologias que proporcionem um melhor desempenho nesse ambiente.

Os níveis de motivação, do mais alto para o mais baixo, em relação aos fatores higiênicos, no ambiente presencial, são apresentados por remuneração com 4,4, seguido de política e administração, condições de trabalho e relacionamento interpessoais com 4,3, supervisão da chefia com 4,2 e segurança com 4,0. Enquanto

no ambiente *home-office*, a ordem ficou remuneração com 4,2, supervisão da chefia com 4,0, relacionamento interpessoal e segurança com 3,9, política e administração e condições de trabalho com 3,8. Sendo que todas as médias apresentam nível alto de motivação, por estarem entre 3,5 e 5,0.

A Tabela 6 mostra que os resultados das médias dos fatores motivacionais foram significativamente diferentes aos fatores higiênicos, o teste apresentou $p < 0,05$ nos indicadores realização profissional e atividades desempenhadas, enquanto nos demais indicadores apresentou $p < 0,001$.

TABELA 6 – MÉDIA GERAL INDICADORES – FATORES MOTIVACIONAIS

Fatores Motivacionais			
Indicadores	Presencial	Home-office	Valor de p (teste T)
Realização Profissional	4,3421	3,9079	0,004
Reconhecimento	4,1579	3,3947	0,000
Atividades Desempenhadas	4,5263	4,0132	0,001
Responsabilidade	4,2763	3,9079	0,018
Progresso	4,2763	3,6447	0,000
Fatores Motivacionais			Valor de p (teste T)
Média Geral	4,3158	3,7737	0,000

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Dentre os indicadores motivacionais, apenas o indicador reconhecimento, tanto em ambiente presencial 4,1 quanto em ambiente *home-office* 3,3, com diferença média significativa $p < 0,01$, sendo o único desse grupo de indicadores que ficou com classificação de nível médio de motivação, estando entre 2,5 e 3,5. Enquanto os demais indicadores mantiveram média alta de motivação, estando acima de 3,5. Indicando que, na percepção dos colaboradores, há uma defasagem em relação as formas de a empresa reconhecer o trabalho desempenhado, indicando que o reconhecimento não é proporcional aos resultados das atividades

De modo geral, somente os indicadores condições de trabalho e segurança não foram significativos, todos os demais apresentaram significância $p < 0,05$, apontando a grande diferença entre as médias dos dois ambientes. Pode-se entender que o ambiente presencial traz os maiores níveis de motivação dos colaboradores. Na sequência, são apresentadas as análises das características de perfil.

Foram realizados testes de comparações das médias dos níveis motivacionais utilizando os testes *Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis*. As análises dos dados foram

realizadas comparando os perfis dos respondentes com as médias mais significativas nos dois ambientes de trabalho analisados.

Aplicando o teste de *Mann-Whitney* ao comparar os gêneros masculino e feminino, pode-se identificar que há significância $p < 0,05$ em dois indicadores: realização profissional, com valor $p = 0,045$, e condições de trabalho, com valor $p = 0,025$, ambos no ambiente *home-office*, como mostrado na Tabela 7.

TABELA 7 – COMPARAÇÃO DE MÉDIA – MANN-WHITNEY

Ambiente / Indicador	Grupos	Aspecto	N	Valor de p (M-W)	Hipóteses e conclusão	Média	U Mann-Whitney
<i>Home-office</i> / Realização Profissional	Masculino	Gênero	26	0,045	H0=médias iguais no grupo H1=médias diferentes no grupo Conclusão:rejeita-se H0	4,1	93,500
	Feminino		12			3,4	
<i>Home-office</i> / Condições de Trabalho	Masculino	Gênero	26	0,025	H0=médias iguais no grupo H1=médias diferentes no grupo Conclusão:rejeita-se H0	4,1	86,000
	Feminino		12			3,2	

FONTE: Dados da pesquisa (2022).

Os respondentes masculinos apresentam nível alto de motivação nos dois indicadores 4,1, enquanto as respondentes do gênero feminino possuem nível médio de motivação, 3,4 no indicador de realização profissional e 3,2 nas condições de trabalho. Em relação às condições de trabalho, pode-se compreender que provavelmente não haja o local específico em sua residência para a realização das atividades, como apontado por Santos *et al* (2020). Divergindo do estudo de Brandão (2014) em que as mulheres apresentaram níveis mais altos que os homens.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em ambiente *home-office*, já vinha sendo praticado por algumas organizações. Devido à crise ocasionada pela pandemia COVID-19, houve uma necessidade para as empresas, de se adaptarem a esse período, de uma maneira que o trabalho pudesse continuar sem causar riscos à saúde. Após esse período, o trabalho em *home-office* pode deixar de ser uma necessidade momentânea e se tornar algo comum para algumas organizações que antes desse período, nem cogitavam essa forma de trabalho.

Os dois fatores apontados por Herzberg obtiveram resultados muito próximos entre os dois ambientes analisados, indicando que para os respondentes todos os indicadores são relevantes para manter a motivação, no entanto, os que apresentaram os níveis mais altos foram o fator higiênico remuneração, com 4,4 no presencial e 4,2 no ambiente *home-office* e o fator motivacional atividades desempenhadas, com 4,5 no presencial e 4,0 em *home-office*. Sendo que, o indicador remuneração, dentre os fatores higiênicos, e o indicador atividades desempenhadas, dentre os fatores motivacionais, que apresentaram as maiores médias em ambos os ambientes. De um modo geral, para o público investigado, o ambiente presencial traz mais motivação que o ambiente *home-office*, apresentando níveis de motivação 4,2 e 3,8, respectivamente.

Houve resultados significativos entre os dois fatores de Herzberg (1997), no geral, as divergências foram mínimas, sendo que os fatores higiênicos apresentaram nível 4,2 no ambiente presencial e 3,9 em ambiente *home-office*, enquanto os fatores motivacionais apresentaram nível 4,3 no presencial e 3,7 em *home-office*. Dentre os indicadores destacam-se remuneração (4,4 no presencial e 4,2 em *home-office*) e atividades desempenhadas (4,5 no presencial e 4,0 em *home-office*), que em ambos os ambientes apresentaram os níveis mais altos em comparação com os demais. Ainda assim, de modo geral, nota-se indicando que todos têm um nível de relevância semelhante quando se refere a manter a motivação do colaborador.

Este estudo buscou contribuir, inicialmente com a empresa que está sendo pesquisada, assim como servir de base para futuros estudos na área, auxiliando outros pesquisadores no desenvolvimento de suas pesquisas relacionadas a motivação dos colaboradores e ao ambiente de trabalho e, também, aos níveis motivacionais de acordo com os perfis dos colaboradores e desenvolvimento de estratégias e ferramentas para elevar e manter esses níveis mais altos.

A presente pesquisa abre espaço para futuros estudos, dado que, mesmo com o fim da pandemia, o trabalho em ambiente *home-office* dificilmente será totalmente descartado. O tema quando analisado fora do período pandêmico, pode salientar o comportamento dos colaboradores em relação ao trabalho em *home-office* quando há investimentos tecnológicos e de infraestrutura, com o devido tempo de adaptação para empresa e colaboradores, ressaltando os pontos positivos do trabalho realizado nesse ambiente e focando em aumentar a motivação, nos dois os ambientes, equiparando os níveis motivacionais entre eles.

Entretanto, os resultados do presente estudo não podem ser generalizados quanto as comparações entre os ambientes de trabalho, visto que esse estudo de caso possui características específicas da empresa e ramo de atuação, de outro modo, os resultados poderiam ser diferentes.

Destaca-se que, para os especialistas na área, o estudo sobre motivação é considerado muito complexo, por haver um conjunto de subjetividades em seus resultados. Sendo assim, são desenvolvidas uma grande quantidade de teorias que buscam explicar a motivação, devido ao tema não poder ser tratado como uma ciência exata.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO, Susana; SANTOS, José Freitas. **Papel das motivações do empreendedor na decisão de lançamento da iniciativa social**. Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting, v. 1, n. 2, 2015. Disponível em < <http://u3isjournal.isvouga.pt/index.php/PJFMA/article/view/103/58> > Acesso em 09 de janeiro de 2022.

BRANDÃO, Isac de Freitas *et al.* **Satisfação no Serviço Público: um estudo na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará**. Revista Eletrônica de Administração, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 12.551 de 15 de dezembro de 2011**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12551.htm> Acesso em 09 de janeiro de 2022.

BRIDGES, W. **Um mundo sem empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

CRONBACH, J. L. **Coefficient alpha and the internal structure of tests**. V. 16. No. 3, pp. 297-334, Psychometrika, setembro de 1951.

CRUZ, Roberto Moraes, et al. COVID-19: Emergência e Impactos na Saúde e no Trabalho; **Revista Psicologia: Organizações & Trabalho**. Acesso em 23 de julho de 2022. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v20n2/v20n2a01.pdf>>

DUARTE, Ismenia Guedes; CAVALCANTE, Carlos; MARQUES, Ricardo. **Gestão de Pessoas no Terceiro Setor: Motivações dos Voluntários da Fundação Cidade Viva**. Revista Organizações em Contexto, v. 13, n. 25, p. 99-120, 2017. Disponível em < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/OC/article/view/6320/pdf> > Acesso em 09 de janeiro de 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARA, Caroline Lumi. **Home Office e as Tecnologias de Acesso Remoto.** Monografia (Tecnólogo em Processamento de Dados) - Fatec - São Paulo - SP, 2011.

HERZBERG, F. **Gestão de pessoas, não de pessoal:** os melhores métodos de motivação e avaliação de desempenho. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HERZBERG, Frederick. **Mais uma vez: como motivar os funcionários?** 1968, Harvard Business Review, 2003.

KUGELMASS, J. Teletrabalho: novas oportunidades para o trabalho flexível. São Paulo: Atlas, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, J. R. Liderança e Motivação. 2016. Disponível em < <https://www.ibccoaching.com.br/portal/lideranca-e-motivacao/teorias-da-motivacao/> > Acesso em 30 de janeiro de 2022.


SANTOS, E. A. C. *et al.* **Home Office:** ferramenta para continuidade do trabalho em meio a pandemia COVID-19. **Faculdades IDAAM**, Manaus - AM, 2020.

SILVA, Rogério Ramalho da. **HOME-OFFICER: um surgimento bem-sucedido da profissão pós-fordista, uma alternativa positiva para os centros urbanos.** Paraná, Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas.** 15ª Edição. ed. São Paulo - SP: Atlas S.A., 2014.

WYSE, Robert. **Motivação: Teorias Motivacionais do Comportamento Humano.** Revista de Ciências Gerenciais, v. 22, n. 36, p. 134-141, 2018. Disponível em < <https://revista.pgsskroton.com/index.php/rcger/article/view/6227> > Acesso em 09 de janeiro de 2022.

YIN, Robert K. **Estudos de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.



Capítulo 7
TREINANDO PAPEL DE MÃE DE FILHO(A)
NEGRO(A): RELATOS PSICODRAMÁTICOS
Moema Alves Macedo
Francyelly da Silva Felix
Maria de Fátima Silva

TREINANDO PAPEL DE MÃE DE FILHO(A) NEGRO(A): RELATOS PSICODRAMÁTICOS

Moema Alves Macedo

Afiliação institucional – UNILEÃO / ANPSINEP/ SESAU-JN

E-mail: moema.alvesmacedo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-41615901>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4015132590283508>

Francyelly da Silva Felix

Afiliação institucional: CREAS / ANPSINEP E-mail: francyellyfelix@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4557-4545>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5368119607953834>

Maria de Fátima Silva

Afiliação institucional: UNILEÃO / ANPSINEP/ SESAU-JN E-mail:

fatinha.caioclara@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9520-9872>

Link Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4896447791031115>

[...] E ainda que possa parecer paradoxal, o intelectual, o artista, seres que [...], se converteram em entidades duvidosas e foram condenados à morte, são e serão os primeiros portadores de uma revolução que, no fim, satisfará também o orgulho biológico do homem. As raças de homens que aderiram à produção conservada extinguir-se-ão. Assim, comprovar-se-á que a "sobrevivência do mais apto", de Darwin, é algo muito estreito. Será substituída pela sobrevivência do criador (MORENO, 1946, p. 96).

INTRODUÇÃO

O psicodrama, além de ser uma abordagem psicológica com foco no aqui-e-agora, é um método de intervenção e pesquisa nas relações interpessoais criado por

Jacob Levy Moreno (1889 - 1974) que considera o ser humano como um constante vir-a-ser mobilizado pela espontaneidade (MORENO, 1993). Compreende-se a espontaneidade como uma nova ação (diante de uma situação antiga) ou uma ação (diante de uma nova situação) adequada e criativa diante de contexto (BUSTOS, 2005). Nesse trabalho, usaremos esse aporte teórico de base para discutir a prática clínica psicodramática diante do papel materno de mães com filhos(as) negros(as). De acordo com o psicodrama, o papel surge antes mesmo do próprio eu. É numa articulação dos papéis Psicossomáticos, Sociais e Psicodramáticos que o Eu é forjado. Essa construção acontece numa constante relação com o outro e o meio, que se configuram como uma matriz de identidade, uma placenta social para a formação do Eu. Assim, essa formação leva consigo aspectos biológicos (conhecidas como estruturas genéticas programadas internas), sociais (contextos socioeconômicos), ambientais (como condições concretas de oferta de cuidados e materiais disponíveis para tal), culturais (como hábitos conservados culturalmente nos comportamentos dos cuidadores), expectativas (como lugares de ocupação no mundo e forma de planejamento e espera do bebê).

Desse modo, para compreensão da subjetividade humana, é necessário analisarmos o contexto social no qual as pessoas se desenvolvem. No caso do Brasil, um aspecto marcante e estrutural é o racismo e o mito da democracia racial. De acordo com Fanon (2008, p.45) o racismo é uma “explicação emocional, afetiva, algumas vezes intelectual” da inferiorização de um grupo sobre o outro, nesse caso aqui, a superioridade dos brancos sobre os negros, portanto, internalizada nas formas de relações e vínculos sociais e causadora de sofrimento e aniquilação simbólica e concreta do grupo oprimido. Já o mito da democracia racial, dificulta a fala sobre esse sofrimento e a construção de mecanismos de enfrentamento, tendo em vista que apregoa a não existe do racismo e a harmonia entre os diferentes grupos etnos e raciais. Fato totalmente contestado pelas estatísticas de pobreza, baixo nível de escolarização, precarização do trabalho, adoecimentos e falta de oferta de cuidados em saúde em redes formais, tais como os serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros, que tem a população negra sempre na base da pirâmide, mostrando a pouca acessibilidade. Portanto, o racismo atravessa a sociedade de modo estrutural, de modo a impossibilitar a fluidez de jogos de papéis, cristalizando os indivíduos em expectativas de lugares e de ações, portanto delimitando a vivência

espontânea em detrimento de conservas culturais forjadas e expressas em preconceitos (BUSTOS, 1999).

Mediante essa realidade, na clínica social, ofertada pela atenção primária a saúde, as pesquisadoras deparam-se com mães apresentando sofrimentos resultantes desse processo. A saber: 1- medo de como as pessoas irão ler socialmente os seus filhos(as) e, portanto, comportamentos ansiosos em relação a discriminações e aniquilamentos; 2 – não cuidar do filho(a) negro(a) com menos zelo do que outros filhos(as) e não compreendendo essa diferença o culpabilizando. Nessas duas manifestações de sofrimento decorrentes do racismo a moda brasileira, vemos o desenvolvimento de psicopatologias nas relações estabelecidas no vínculo mãe-filho. A psicopatologia do vínculo pode ser entendida como um padrão de relação que causa sofrimento por não corresponder a uma integração satisfatória entre as pessoas que jogam o papel social em díade. Ou seja, o que se espera do papel social materno em nossa sociedade e do papel de filho, fica atravessado pelas designações do racismo que impedem a formação satisfatória dessa vinculação e o jogo espontâneo dos papéis sociais nesse âmbito. Quando um papel está marcado por conservas culturais de modo a não conseguir se jogado espontaneamente, a relação se torna cristalizada e os comportamentos repetidos sem adequação ao contexto e as necessidades, resultando em sofrimentos e conflitos. Conserva cultural pode ser compreendida como qualquer tipo de criação após ser feita, tais como condutas e comportamentos. Algumas conservas culturais nos ajudam na economia de energia no cotidiano, como o fato da conserva usado na aprendizagem o alfabeto de uma língua. Outras podem gerar adoecimentos, como é o caso dos estigmas sociais e preconceitos, as vezes vividos de modo não racionalmente conscientes, e que podem incidir em empecilhos na formação de laços vinculares espontâneos. Nesse caso, ressaltamos o racismo e suas interferências no jogo do papel social materno.

O delineamento desse estudo é qualitativo. Para desenvolver esse relato de experiência, forjado nas atividades profissionais das autoras, foram feitas releituras de diários de trabalho das pesquisadoras enquanto terapeutas e agente comunitária de saúde, sendo selecionados fragmentos significativos para o objetivo da pesquisa e estruturados em forma de narrativa. As narrativas são relatos ficcionais que trazem aspectos relevantes selecionados pelas pesquisadoras como sendo marcadamente repetitivos em atendimentos clínicos, em atividades educativas e em visitas domiciliares no âmbito comunitário. Nisso, foi confeccionada uma narrativa,

representativa de sofrimento psíquico e conflitos na vivência de papel social materno de mães de filhos negros e manejos de cuidado psicossociais usando técnicas de duplo, espelho e troca de papéis. Essas técnicas têm sido um caminho terapêutico utilizado que tem resultado em tomada de consciência das vivências, dos sofrimentos e das reproduções do racismo de modo a potencializar mudanças nos jogos de papéis no cotidiano dessas mães com seus (as) filhos (as).

APORTE TEÓRICO

Esse trabalho parte das bases clínicas do psicodrama, enquanto abordagem, criada por Jacob Levy Moreno, que considera o ser humano como um constante *vir-a-se* e construído nas relações sociais, considerando o eu como emanado dos papéis. No manejo dessa abordagem, podem ser destacadas cinco (5) elementos (palco, plateia, protagonista, diretor e ego auxiliar); três (3) momentos (aquecimento, dramatização, compartilhar) e três (3) contextos (social, grupal e psicodramático). Nas atividades e intervenções com base psicodramática esses elementos são utilizados. Sendo que para esse estudo, é explorado a ocasião de intervenções bipessoais (terapeuta e paciente) no contexto psicodramático propriamente dito, que é vivido no espaço de palco (MORENO, 1993, BUSTOS, 2005).

Faz-se importante, nesse momento, discorrer um pouco sobre a teoria relacionada ao desenvolvimento humano, proposta por essa abordagem. Inicialmente, o sujeito nasce indiferenciado, ou seja, ele não tem aparato neurológico suficiente para sobreviver sozinho e nem para representar o mundo e a si mesmo, nem ao menos para diferenciar as sensações em partes diferentes do corpo. Desse modo, tem apenas uma sensação de existir, chamada si mesmo fisiológico. Assim, a temperatura, o contato com os objetos e as pessoas, o conforto e o desconforto são sentidos, pelo bebê como um todo com ele mesmo. É o contraste entre o desprazer gerado, internamente, em suas necessidades e o prazer gerado, externamente, pela figura da pessoa cuidadora ao satisfazer o que o bebê precisa, se colocando, como um ego auxiliar, num lugar de duplo, que irá propiciar ao bebê, distinguir ele do mundo externo. Portanto, a sua sobrevivência só é possível mediante a complementação de um outro, o cuidador, que pode ser um ego auxiliar entende as necessidades desse recém-nascido e se coloca na função de atendê-las. Ver-se, que esse outro assume o lugar de um duplo, com condições psicoafetivas e cognitivas diferenciadas, desse

ser indiferenciado, podendo dar sentido as suas manifestações e ao que ele sente e precisa. Em nossa sociedade, esse duplo costuma ser muito exercido pela figura materna. Na clínica, quando uma pessoa está em estado de confusão, mediante um sofrimento psíquico, a ponto de não conseguir diferenciar os sentimentos e as situações vividas, o duplo é uma técnica psicodramática que pode ser utilizada (MORENO, 1993, BUSTOS, 2005).

Voltando ao universo do bebê, essa vivência acontece dentro do que se chama de matriz de identidade. A matriz de identidade é como uma placenta social, pois é composta pelo cenário no qual o sujeito nasce e vive nos primeiros meses de vida, as condições materiais, as expectativas criadas para a sua chegada e para a sua vida como um todo, as pessoas que cuidam dele, os discursos que são produzidos sobre a sua existência. Ela é dividida em dois momentos, matriz de identidade total (indiferenciada) e matriz de identidade diferenciada. A diferenciada ainda se subdivide em momento de diferenciação entre objetos e pessoas e depois entre pessoas diversas (MORENO, 1993, BUSTOS, 2005).

Na etapa da matriz de identidade diferenciada, o desenvolvimento humano, as sinapses e o aparato neurológico que possibilita a visão de longe, de profundidade, já está desenvolvido, e com isso, é possível diferenciar pessoas e objetos longe de si mesmo. Quando, na condição clínica, o sujeito encontra-se em momento de sofrimento psíquico, no qual precisa diferenciar algumas coisas fora de si de modo a separá-las dele, uma estratégia que pode ser utilizada diz respeito a técnicas de espelho, nas quais ele observa aspectos da sua demanda de fora do espaço de palco. (MORENO, 1993)

Percebe-se que essas etapas estão relacionadas com as condições de desenvolvimento neurológico e com os estímulos e relações propiciadas pelas pessoas e o seu meio. No primeiro momento, na matriz de identidade total (indiferenciada), como o bebê e o ambiente não são vividos por ele como não separados de si mesmo, o investimento afetivo, as condições socioeconômicas e de expectativas em relação ao futuro do recém-nascido, irão interferir na organização do seu desenvolvimento psicoafetivo e de papéis sociais. Aqui, questões ligadas ao racismo, bem como ao sexismo e a outros estigmas discriminatórios, irão interferir na forma de cuidar, de vestir, de criar espaços de socialização e estimulação psicomotora para o bebê.

O bebê que foi gestado na expectativa materna e da família, pode não corresponder fisicamente ao nasce. Isso pode acontecer com o atravessamento do racismo. Marcas de sofrimentos gerados na vida da família negra, pode levar a ela querer o nascimento de um filho não negro, como forma de validar uma ascensão no contexto social e evitar sofrimentos, mesmo que não cognoscentes, para os seus. Entretanto, o nascimento de um filho negro pode representar sentimentos antagônicos de alegria e frustração, de decepção e ansiedade (silenciada) em relação ao futuro e a aceitação social dele. Esse estado de tensão, pode ser um dificultador da figura materna jogar o papel social de mãe de modo espontâneo e adequado as necessidades do filho. O prejuízo psicoafetivo desse momento, pode estender-se a outras etapas do desenvolvimento dessa criança.

O Racismo é capaz de fazer uma interferência tão marcante, por ser uma crença em raças superiores e inferiores, estando as pessoas nitidamente negras em lugar tido por inferior. Essa crença perpassa as relações, mesmo não estando dita de modo explícito, mas naturaliza espaços de ocupação e valoração social (FANON, 2008). A dificuldade do desenvolvimento do papel de mãe no primeiro momento da matriz de identidade, com potencial de prejudicar o vínculo mãe-filho, deixando no núcleo central desse bebê traços mnemônicos de falta, que podem ser sentidos como desamparo e insegurança básica. As patologias no vínculo promovem conflitos, por muitas vezes, incompreendidos pelas pessoas envolvidas na relação.

Assim, cabe ao psicodramatista problematizar a possibilidade da existência de interferências na formação de vínculos maternos-filiais adequados e criativos, ou seja, espontâneos. A continuidade dessa problemática em gerações diversas, demonstra o dano do racismo enquanto conserva cultural, mantendo cristalizado e conservado, também, os cenários e as formas de vivência do papel de mãe na vida de filhos negros. Assim, em diversos espaços de trabalho do psicodramatista, nos privados ou nas políticas públicas, em suas ofertas de cuidado em saúde, precisa haver um olhar atendo a esses atravessamentos.

PROBLEMA DE PESQUISA (E/OU HIPÓTESE E/OU OBJETIVOS)

O objetivo geral desse trabalho é discutir a prática clínica psicodramática diante do papel materno de mães com filhos(as) negros(as). Parte da pergunta de partida: que narrativas são possíveis serem construídas que representem o sofrimento e os

conflitos em relacionamentos mães-filhos(as) negros(as) atravessadas pelo racismo estrutural a moda brasileira? Que estratégias de intervenção podem ser usadas com base no psicodrama para lidar com essa demanda psicossocial?

METODOLOGIA

O delineamento desse trabalho deu-se através de pesquisa qualitativa. O referencial teórico- metodológico foi o construcionista social, movimento que pauta a construção de saber de modo posicionado politicamente, rejeitando uma suposta dualidade sujeito-objeto e assumindo postura

(1) não representacionista (a linguagem é tida como forma de ação no mundo e o discurso é entendido como uma prática discursiva); (2) antiessencialista (considera que as pessoas são construídas em práticas sociais e que, portanto, não são determinadas por uma natureza imanente); (3) antirrealista (permite uma atitude relativista, assim, a realidade é configurada em um emaranhado de versões construídas na coletividade) (MÉLLO et al, 2007; MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014; SPINK; FREZZA, 2013; BERNARDES; SANTOS; SILVA, 2015).

Construcionismo social, não tem uma definição única, por isso, pode-se falar em perspectivas construcionistas. Contudo, esse movimento parece partir de críticas ao modelo moderno de ciência e a busca por resposta não encontradas nesse modelo, perpassavam por três linhas problematizadoras, a saber: social (o conhecimento é cultural e historicamente situado), ideológica (não há neutralidade científica, pois as teorias têm vieses nas suas construções que as ligam a determinados grupos sociais) e retórico literária (as metáforas usadas para explicações se derivam de regras literárias capazes de produzir persuasão e não de observações neutras diretas). Portanto, nenhum pesquisador produz fora dos seus conhecimentos e atravessamentos, assim esses precisam estar nítidos no texto. Da mesma forma, admite-se que não existe um campo no qual se vai procurar descobrir verdades, o tema de estudo perpassa o cotidiano do pesquisador, podendo ser dito como um campo-tema (SANCHES-JUSTO et al, 2010; SPINK, MEDRADO e MÉLLO, 2014).O campo-tema desse trabalho foi perpassado pela construção de narrativas ficcionais, que partiram de construções de diários de bordo das autoras, nas quais elas relatam cotidianos vividos em seus trabalhos e relacionados com a vivência conflituosa do

papel social de mãe de filhos(as) negros(as) enquanto resultante o racismo estrutural a moda brasileira. O diário de bordo é:

...um atuante: com ele e nele a pesquisa começa a ter certa fluidez, à medida que o pesquisador dialoga com esse diário, construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem o que nominamos de pesquisa. Esse companheirismo rompe com o binarismo sujeito-objeto, tornando o diário também um ator/atuante que permite a potencialização da pesquisa. Ao invés de atores contrapostos (pesquisador/pesquisado; técnicas/instrumentos; tema/objetivo), temos na pesquisa uma conjugação de fluxos em agenciamentos coletivos produzindo a própria ação de pesquisar (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014, p. 278).

Destes diários, foi escrita narrativa que tomou como personagem Maria, protagonista fictícia que representa histórias clínicas e os atravessamentos de 12 (doze) anos de práticas profissionais das autoras. Esses partiram de alguns eixos centrais delimitados nas escritas dos diários. As narrativas servem como ilustrações ficcionais para discutir as estratégias de intervenção utilizadas e apresentar propostas de cuidado psicossocial com base na abordagem psicodramática.

RESULTADOS E ANÁLISE

Iniciemos os resultados apresentando a narrativa ficcional que deu base a discussão dos resultados e que representa uma construção com base nos eixos centrais destacados das leituras dos diários de bordo das autoras, escritos por ocasiões de atendimentos em comunidades e que marcaram as suas trajetórias profissionais. Os eixos foram: (1) lutos por homicídios inesperados,

(2) preparação de filhos negros e filhas negras para lidarem de modo passivo com atitudes discriminatórias, (3) naturalização e (4) reprodução do racismo, (5) culpabilização da vítima.

Narrativa ficcional: Maria e a patologia ansiosa na (im)possibilidade de amar negros

É Maria, mas, pela narrativa trazida, poderia ter qualquer outro nome comum em comunidades periféricas. Ela é negra, mãe solo de 5 (cinco) filhos, todos negros (sendo apenas um deles retinto, os demais têm pele clara) e do sexo masculino, recebe auxílio de programas governamentais, completa a renda com faxinas. Coursou

o ensino fundamental 1, incompleto, pois precisou trabalhar como doméstica muito cedo, após a separação dos seus pais. Segundo ela, a mãe já não aguentava mais viver sofrendo violência doméstica constante, nas diversas modalidades. Ela sempre presenciou tudo. Já teve 3 (três) companheiros (dois não negros com pele clara) e queixa-se de sempre ter vivido os mesmos tipos de violência que a mãe passou. Por isso, separou-se dos dois primeiros e o último (o único de pele retinta) foi morto, na calçada de casa, a queima roupa, enquanto estava conversando com os filhos, enteados e vizinhos.

A suspeita principal, da polícia, foi dívida de drogas, a esposa relata que nunca havia percebido que ele usasse nenhuma droga, a não ser a cachaça que bebia nos finais de semana. Contudo, ela acredita que ele foi executado pela polícia, pois havia feito uma denúncia de uma abordagem policial violenta que havia sofrido na semana anterior e concretizado um boletim de ocorrência. Reclamou dele quando soube que isso tinha acontecido e hoje relaciona a sua morte com a atitude, considerada precipitada, assim lamenta, em suas palavras, *ele ter cavado a sua própria cova*. Ele era negro retinto, trabalhava como pedreiro, numa cidade vizinha e por isso sempre chega em casa por volta das 19h (dezenove horas). Há tempo queixava-se de sempre ser abordado pela polícia, hora de modo adequado e hora de modo abusivo. Sentia-se muito constrangido com a situação, pois outras pessoas, não negras passavam e ele sempre era parado.

Maria, ao receber a visita da agente comunitária de saúde para pesar o seu filho mais novo (1 ano e 3 meses), relatou que faz mais de um ano, desde a morte do seu companheiro (1 ano e 6 meses) que não consegue dormir bem, que fica apavorada na hora dos filhos voltarem do colégio, com medo de acontecer algo de ruim, deles morrerem, serem atropelados ou vítimas de homicídio. Diz que a sua preocupação é maior com o quarto filho, o Cícero, pois ele é muito inquieto, teimoso e respondão. Que já ensinou a saírem bem arrumados e com os documentos para não serem confundidos com marginais e que se forem abordados pela polícia levantem as mãos, não reajam e fiquem tranquilos, pois esse é o papel da polícia, abordar pessoas. Tem tido pesadelos participando do enterro de seus filhos. Relata sensação e angústia, aperto no peito e aceleração cardíaca em momentos diversos. Já chegou a ser socorrida na UPA diversas vezes por pensar que iria morrer. Imagina sempre que vai acontecer algo ruim e fica apavorada com isso. Foi a Unidade Básica de Saúde e tinha recebido o diagnóstico de Transtorno de Ansiedade Generalizada

(TAG). Está fazendo uso de medicação, mas não tem obtido boa resposta clínica. Contudo, diz que a maior urgência de atendimento é para Cícero, pois o comportamento dele está insuportável e com isso, tudo o que ele faz a irrita. Diz que parece ser a função dele no mundo a confrontar e a irritar a.

A agente de saúde discutiu o caso com a psicóloga que agendou uma escuta com a Maria. A escuta aconteceu na Unidade Básica de Saúde da Família do Bairro. Durante o atendimento ela chorou bastante, dizendo que não suportava mais o filho Cícero, que desde o nascimento dele já tinha sido assim. Que a situação estava a tal ponto que mesmo ele não fazendo nada já a irritava e que ele parecia querer chamar a atenção dela o tempo todo. Em meio a essa diferenciação no tratamento entre os filhos, a terapeuta pediu que ela os descrevesse fisicamente. Ao terminar essa tarefa, meio que surpresa ela diz, ele é o único negro, eu nunca quis me casar com um homem negro, nem sei por que fiz isso. Ele é o único que parece com o pai. O pai dos outros era branco e o filho mais novo, mesmo sendo filho do pai dele, parece com os avós, não é negro. Ao terminar essa fala o choro parece mais desesperado e ela não sabe falar sobre o que sente e nem como está após essa autorrevelação. Inicialmente a terapeuta usou uma técnica de formação de imagem, com duplo para ela conseguir localizar e delimitar os sentimentos. Na sessão seguinte, a demanda vinda à tona novamente, foram usadas técnicas de espelho para representar a vivência de um conflito entre eles. Em outras ocasiões foram usadas técnicas de duplo, em uma delas ela pediu perdão por não o aceitar como negro. Ao final de algumas sessões, a relação entre eles já estava bem mais tranquila e ela já estava conseguindo perceber os próprios comportamentos e compreendido o racismo que atravessava a relação deles. Os sintomas ansiosos haviam amenizado significativamente.

A narrativa explicita uma ocasião, na qual a mãe não consegue perceber que não joga o papel materno com um dos seus filhos e que o motivo está relacionado a uma cristalização conservada em decorrência da sua frustração com a aparência dele, com os seus traços fenotípicos de negro retinto, em diferenciação com os demais irmãos, que embora não fossem brancos, podiam ser lidos socialmente como não negros, por terem pele clara. Essa dificuldade no cuidado materno iniciou já desde a matriz de identidade total, quando a genitora se percebe decepcionada pela aparência do filho concreto que nasce e não se relaciona com o filho esperado. A construção social de apagamento e sofrimento ligada a figuras fenotipicamente negras retintas é confirmada pelo assassinato do marido. Desde então, a tensão advinda desse

fenômeno interfere na reprodução de comportamentos no jogo de papéis com os filhos, negros de pele clara e de pele escura, ensinando- os a se comportarem como negros e evitarem o pior, ao mesmo tempo que justificando o comportamento do agressor, como forma de manutenção de papéis sociais cristalizados socialmente e patologizante de vínculos espontâneos e criativos nas relações sociais. Essa patologia nos vínculos justifica, subjetivamente, as condições de desamparo, conflitos e imobilidade social entre raças no contexto brasileiro. O silenciamento desse cenário, marcado pelo mito da democracia racial, amplia a dor pela dificuldade de localizar os sentimentos no corpo e as construções dela num lugar fora de si mesmo, assim a indiferenciação, muitas vezes, em espaços terapêuticos pediu a utilização do duplo. A dificuldade de conseguir diferenciar os atores externos e as suas relações dolorosas com eles, mobilizou, em alguns momentos a utilização de técnicas de espelho. A utilização de técnicas de troca de papéis aconteceram em alguns momentos como forma de ver-se poder olhar para o outro com o olho do outro, esse outro, no caso, sendo o próprio filho.

CONCLUSÕES (OU CONSIDERAÇÕES FINAIS)

O conhecimento sobre racismo e os seus atravessamentos no processo educativo de crianças negras pode ser importante para o enfrentamento das dores e das consequências sociais e econômicas resultantes dele. Esse fenômeno estruturante social, aparenta ser elemento importante na matriz de identidade dos bebês de famílias negras que geram expectativas de ocupação no mundo, de comportamentos, de vínculos afetivos e oferta de cuidados. Há indícios que esses atravessamentos interferem negativamente no jogo de papel materno, pelo componente tensional e ansioso que se junta a essa relação mãe-filho. O medo de perder o filho e não suportar a dor, parece ser um sentimento causador de ansiedade e cristizador da vivência espontânea de sentimentos, impulsionando a genitora a um lugar de afastamento do filho dos afetos maternos e o culpabilizando por essa cristalização de papéis em conservas culturais, embasadas em estigmas racistas. Enquanto profissional de psicologia, o conhecimento desse processo interfere diretamente na identificação da demanda e na busca por intervenções adequadas a ela. Na prática das autoras, o uso de técnicas psicodramáticas embasadas no duplo,

espelho e troca de papéis, tem contribuído positivamente no manejo das necessidades terapêuticas e psicossociais advindas desses fatores.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, J. et al A roda de conversa como dispositivo ético-político na pesquisa social. In: LANG, C.E. et al. (Org). *Metodologias; pesquisa em saúde, clínica e práticas psicológicas*. Alagoas - Maceió: EDUFAL, 2015.

BUSTOS, Dalmiro M; *Novas cenas para o psicodrama: o teste da mirada e outros temas*; [tradução Eliana Araújo Nogueira do Vale]. – São Paulo: Ágora, 1999.

BUSTOS, Dalmiro M; *Psicodrama: Aplicações da técnica psicodramática*. -3. Ed. Ver. E ampl. – São Paulo: Ágora, 2005.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Editora ADUFBA. Salvador. 2008.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J. e MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas, In: SPINK, Mary Jane Paris; et al. *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/blogdabc/a-producao-de-informacao-na-pesquisa/> Acesso em 27 de dez. 2014.

MÉLLO, R.P.; Silva, A.A.; LIMA, M.L.C.; Di PAOLO, A.F. Construcionismo, Práticas Discursivas e possibilidades de pesquisa. *Psicologia & Sociedade*; 19 (3): 26-32, 2007. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010271822007000300005&script=sci_arttext> Acesso em 17 set 2020

MORENO, Jacob Levy. *Psicodrama*. Editora Cultrix, 1993.

SPINK, M. J. P. e FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentido: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Ipanema, Rio de Janeiro. 2013.



AUTORES

Adeildo Vila Nova

Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Bacharel em Serviço Social e Especialista em Gestão de Pessoas pela Universidade São Judas Tadeu (Campus UNIMONTE), Assistente Social Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) e Primeiro-secretário na Associação das/os Assistentes Sociais e Psicólogas/os do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AASPTJSP). Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Crianças e Adolescentes com ênfase no Sistema de Garantia de Direitos (NCA-SGD | PUC-SP), do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista (NEAM | PUC-SP) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidades (NEPI | PUC-SP). Co-Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociedade Punitiva, Justiça Criminal e Direitos Humanos - Profa. Andrea Almeida Torres (GEPEX-DH-AAT | UNIFESP).

Francyelly da Silva Felix

Psicóloga graduada no Centro Universitário Leão Sampaio (UNILEAO). Especialista em Políticas públicas em saúde coletiva pela URCA. Especialista em Psicologia aplicada a educação pela URCA. Docente na Estácio. Psicóloga do quadro efetivo da secretaria de assistência social em Araripe (CE). Coordenação Estadual da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es)/ANPSINEP.

Luciele Carla de Lima

Assistente social. Mestranda em Serviço Social. Pesquisadora das relações raciais.

Maria de Fátima Silva

Graduanda em psicologia, integrante da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(os) (ANPSINEP), quadro efetivo da SESA, com atuação na Saúde pública de Juazeiro do Norte, CE e com desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de racismo.

Maria Lucia de Moraes D'Amato

Graduada em serviço social, pelo Centro Universitário Unihorizontes BH. Atuação na área de Pessoas com Deficiência e Educação Integral de crianças e adolescentes. (CV: <http://lattes.cnpq.br/9666739261307186>)

Maria Lucia de Souza Ramos

Graduada em serviço social, pelo Centro Universitário Unihorizontes BH. Possui 2 artigos publicados, pela CEBAS- CEEFS; Atuação nas áreas das políticas de educação, assistência social e saúde; Conselhos Municipais e acompanhamento de projetos sociais para OSCs. (CV: <http://lattes.cnpq.br/94513181284818>)

Moema Alves Macedo

Psicóloga graduada pela UFPE. Especialista em gestão em saúde(FIOCRUZ), Mestra em ensino na Saúde pela UFAL. Doutoranda em Psicologia pela UFPE. docente, supervisora e preceptora de estágio no Centro Universitário Leão Sampaio (UNILEAO). Psicóloga do quadro efetivo da Secretaria de Saúde em Juazeiro do Norte (CE). Pesquisadora na área de saúde, políticas públicas, relações etnico-raciais, racismo e psicologia jurídica. com experiência de atuação em políticas públicas de saúde e assistência social. Coordenação Estadual da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es)/ANPSINEP.

Sandra Martins Moreira

Doutora em Engenharia da Produção. Professora do Curso de Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Tais de Almeida Costa

Nascida em 12 de janeiro do ano de 1983, graduada em Educação Física pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2006), mestra em Educação - Contextos Contemporâneos e Demandas Populares - pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2016), especialista em Pedagogia Crítica da Educação Física pela UFRJ/EEFD (2017) e doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Capoeirista há 25 anos, recebeu na capoeira o apelido "Agbara" em homenagem ao Grupo Afro Agbara Dudu. Os trabalhos mais relevantes são relacionados ao ensino e pesquisa no âmbito da cultura popular, quais sejam:

Instrutora de Capoeira concursada na Escola Municipal de Capoeira Mestre Pastinha em Nilópolis - a 1ª Escola Pública de Capoeira do Brasil - entre 2003 e 2018, liderança do Movimento Cultural Jongo da Lapa e colaboradora em um projeto social da Fundação Amélia Dias.

Thaís Wittes da Silva

Graduanda em Administração.

Thiago Aparecido Aranha Santos

Formado em Serviço Social pela Universidade Guarulhos. Especialista em Saúde Pública e Saúde da família. Mestrando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Aprofundamento Marxista - NEAM. Professor nos cursos de Graduação em Serviço Social da UniFecaf e Pós Graduação da faculdade Paulista de Serviço Social - FAPSS.



Editora
REALCONHECER

ISBN 978-658452566-5



9

786584

525665